



PAC 2022

Prestação Anual de
Contas

Índice

Prestação Anual de Contas - 2022

Relatório da Administração	2
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias	29
Balanco Patrimonial	29
Demonstração das Sobras e Perdas	31
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	32
Demonstração do Fluxo de Caixa	33
Notas Explicativas	34
Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal	68
Relatório dos Auditores Independentes	68
Parecer do Conselho Fiscal	70
Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramento dos Controles Internos	71
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias	77
Balanco Patrimonial	77
Demonstração do Resultado do Exercício	78
Demonstração do Resultado Abrangente	79
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	80
Demonstração do Fluxo de Caixa	81
Notas Explicativas	82
Notas Conciliatórias Societária X Regulatória	103
Relatório dos Auditores Independentes	108

Relatório da Administração

Missão

Oportunizar qualidade de vida e geração de riqueza à família associada e a consumidores, por meio da distribuição de energia elétrica com qualidade, segurança e eficiência, a partir dos princípios do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável.

Visão

Estar entre as cinco melhores cooperativas de energia elétrica do Brasil em qualidade, eficiência e satisfação do consumidor até o ano de 2024, visando o desenvolvimento socioeconômico dos associados, consumidores e colaboradores.

Valores

- Cooperação em todas as atividades;
- Interesse pelo desenvolvimento da comunidade;
- Respeito às pessoas;
- Excelência na prestação de serviços;
- Isonomia nas decisões;
- Transparência;
- Ética;
- Respeito ao Meio Ambiente

1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2022**

Senhores Associados

Cumprindo às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Associados, o relatório das atividades realizadas por esta diretoria durante o exercício social de 2022.

Carta do Presidente

O Presidente do Conselho de Administração da Cegero apresenta o relatório da administração do exercício de 2022, certo de que nossas ideias e ações estão condizentes com o negócio da cooperativa que é distribuir energia elétrica.

Os pilares que guiam nossas atividades são:

- **Transparência:** Uma Cooperativa é uma organização que pertence a todos os associados. Logo, todos precisam ter 100% de clareza do que se passa dentro da mesma. A transparência é fundamental na gestão da Cooperativa e faz parte na nossa essência.
- **Pertencimento:** Não existe apenas um presidente. Todos os associados fazem parte e são corresponsáveis pela cooperativa. Todos precisam e devem ter voz ativa durante a gestão da mesma, por meio das Assembleias Gerais e acompanhamento periódico dos resultados da Cooperativa.
- **Isonomia:** Não pensando apenas em um, mas em todos. Que todos tenham acesso aos mesmos serviços e recursos, sem discriminação. Esse é um dos pilares do cooperativismo que direciona e mantém firme nosso propósito. Uma cooperativa de todos e para todos.

Por fim, reforço nosso compromisso com os associados de buscar sempre a menor tarifa e entregar uma energia com qualidade e confiabilidade do sistema.

Francisco Niehues Neto

Presidente do Conselho Administrativo

Cenário

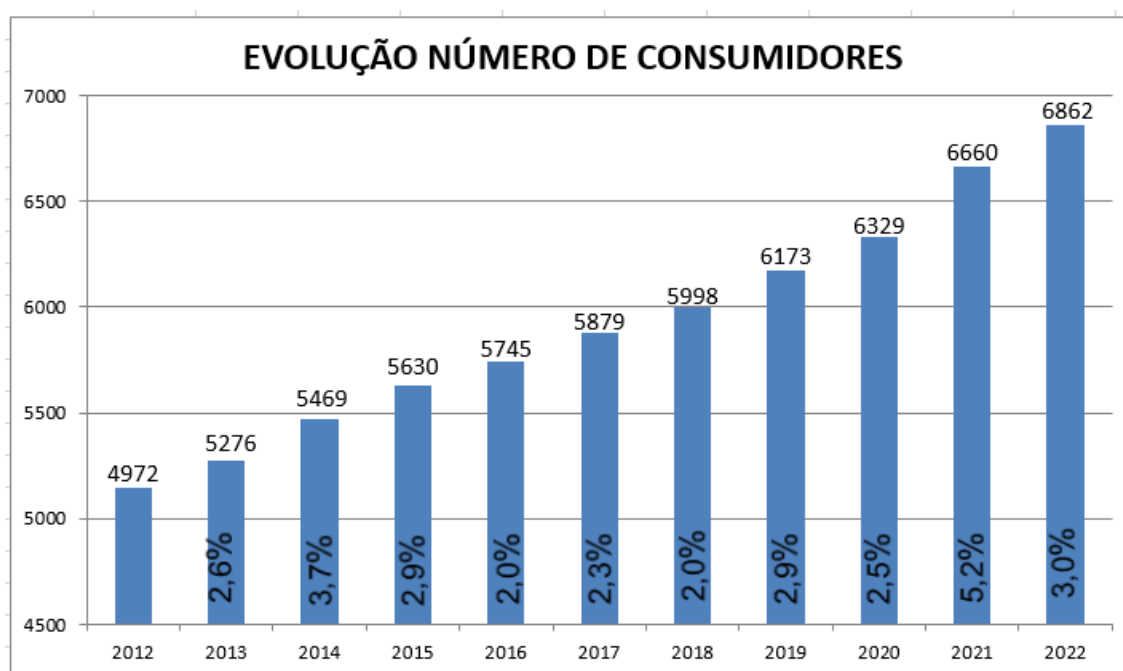
A CEGERO atua no segmento de distribuição de energia elétrica, ao longo de 59 anos de existência.

A Cegero distribui energia elétrica em 5 municípios de atuação, sendo 100% do Município de São Ludgero, e parcialmente os Municípios de Braço do Norte, Orleans, Pedras Grandes e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

Ligação de consumidores – No ano de 2022, foram realizadas 202 novas ligações de consumidores, totalizando 6.862 unidades consumidoras atendidas pela Outorgada, número 3,03% superior ao ano de 2021.

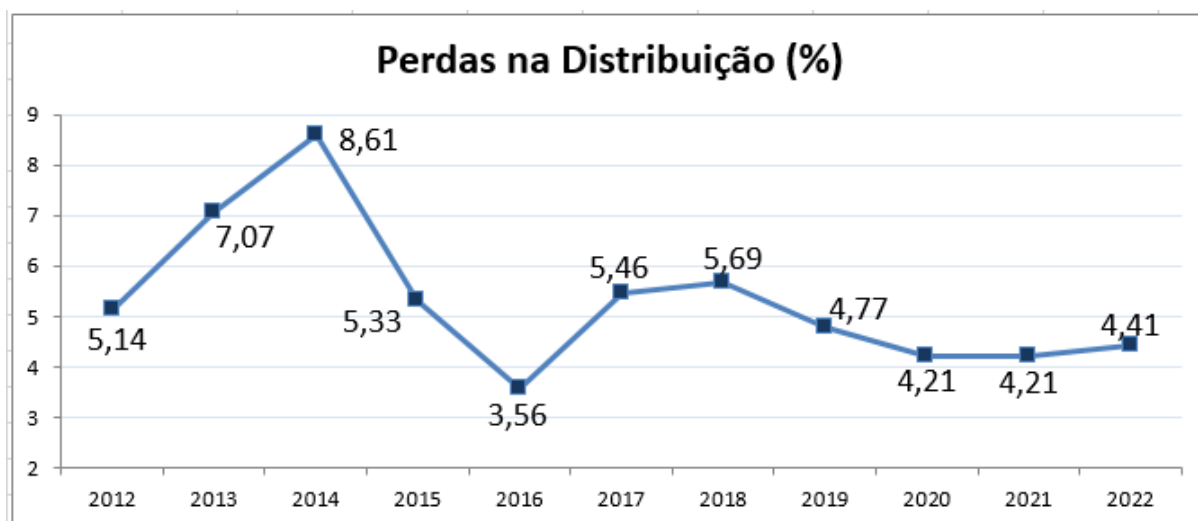
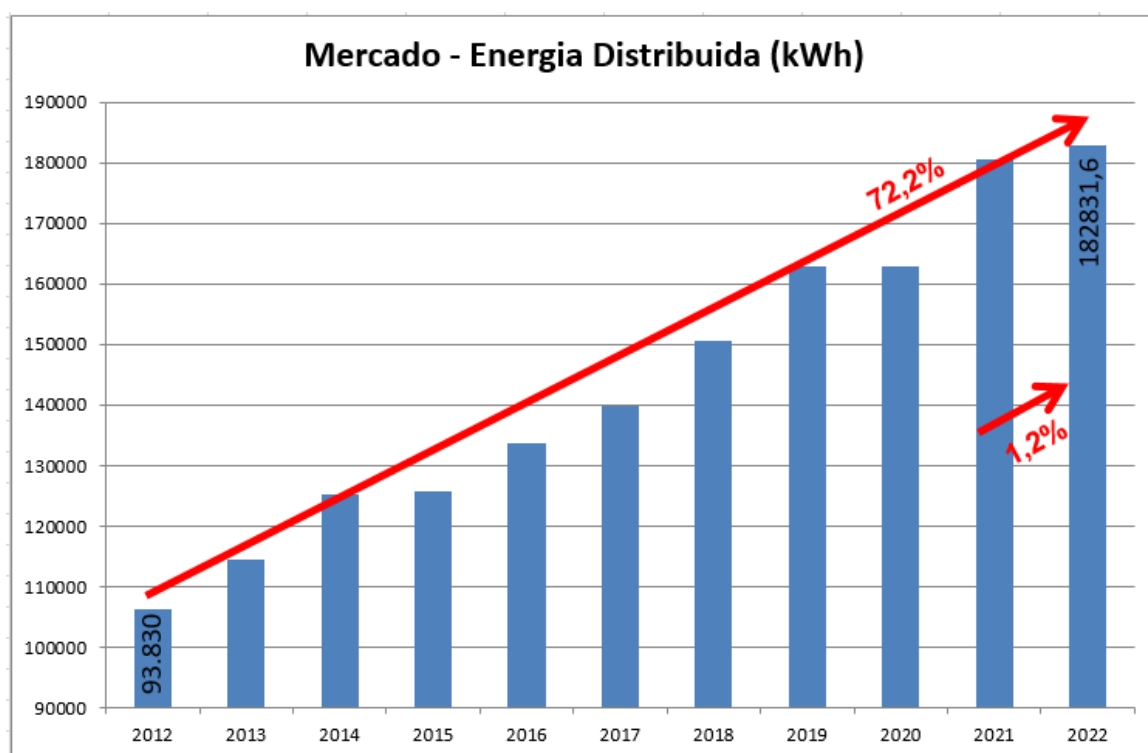
Número de Consumidores

CLASSE	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	4.453	4.628	4.746	5.006	5.209
Industrial	152	140	154	173	174
Comercial	500	510	542	575	603
Rural	804	801	790	806	773
Poderes Públicos	46	45	48	48	51
Serviços Públicos	35	38	39	40	41
Iluminação Pública	2	5	5	7	7
Consumo Próprio	6	6	5	5	4
Total	5.998	6.173	6.329	6.660	6.862
Variação	2,02%	2,92%	2,53%	5,23%	3,03%



Comportamento do Mercado: No período de janeiro a dezembro de 2022, a Cegero adquiriu um total de 191.267.921 kWh e distribuiu 182.831.597 kWh, com uma perda na distribuição de energia de 4,41%, ou seja, 8.436.324 kWh. Por sua vez, a energia elétrica distribuída aos associados registrou um crescimento de 1,24% em relação ao ano de 2021.

ENERGIA em MWh	2018	2019	2020	2021	2022
ADQUIRIDA	159.636,8	170.977,5	170.122,5	188.529,5	191.267,9
DISTRIBUIDA	150.552,5	162.812,8	162.968,1	180.591,7	182.831,6
PERDAS	9.084,3	8.164,6	7.154,4	7.937,8	8.436,3
PERDAS %	5,69	4,77	4,21	4,21	4,41

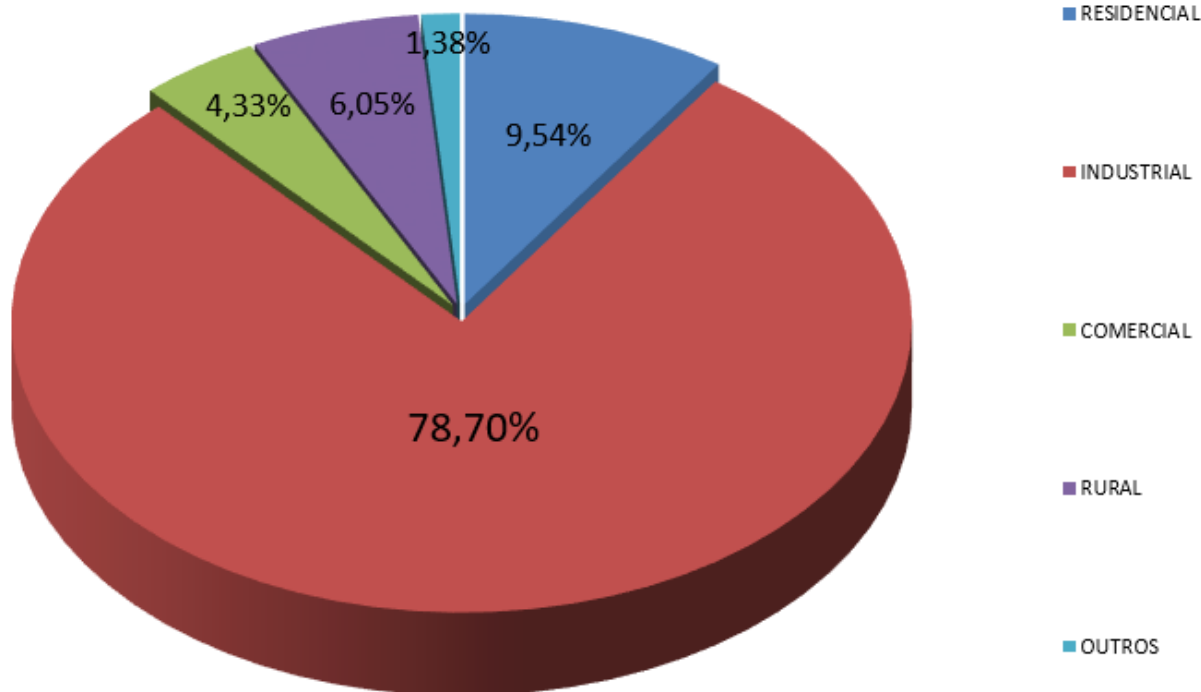


Consumo Percentual por Classe de Consumo: A seguir são apresentados os percentuais de consumo de energia elétrica, divididos por classe de consumo, números que mantém dados históricos estáveis ao longo dos últimos anos.

CLASSE	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	9,25	9,47	9,84	9,27	9,54
Industrial	79,73	78,45	77,90	79,16	78,70
Comercial	3,71	3,92	3,86	4,11	4,33
Rural	6,52	6,66	6,95	6,16	6,05
Poderes Públicos	0,44	0,41	0,27	0,34	0,36
Serviços Públicos	0,28	0,24	0,35	0,24	0,27
Iluminação Pública	0,00	0,78	0,76	0,66	0,69
Consumo Próprio	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06
Total (%)	100	100	100	100	100

Representação do Percentual de Consumo Por Classe

Consumo (%) - Classe de Consumidores

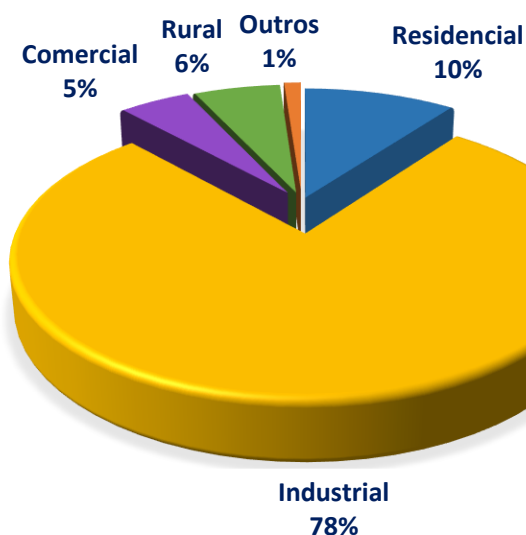


Energia Distribuída em GWh por Classe de Consumo:

CLASSE	CONSUMO - GWh				
	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	13,92	15,41	16,04	16,74	17,44
Industrial	120,05	127,73	126,95	142,96	143,9
Comercial	5,6	6,38	6,29	7,42	7,91
Rural	9,81	10,85	11,32	11,12	11,06
Poderes Públicos	0,65	0,66	0,45	0,62	0,66
Serviços Públicos	0,42	0,38	0,57	0,42	0,48
Iluminação Pública	-	1,28	1,24	1,19	1,26
Consumo Próprio	0,10	0,11	0,10	0,12	0,12
TOTAL (GWh)	150,55	162,80	162,96	180,59	182,83
Varição	7,86%	8,14%	0,10%	10,82%	1,24%

Receita: A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 78,0 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil					
Classe	2022		2021		AH %
	Residencial	10%	7.926	10%	
Industrial	78%	60.953	79%	60.387	0,9%
Comercial	5%	3.737	4%	3.364	11,1%
Rural	6%	4.538	6%	4.256	6,6%
Outros	1%	887	1%	830	6,9%
Total	100%	78.042	100%	76.263	2,3%

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES


Número de consumidores: O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 2,93% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

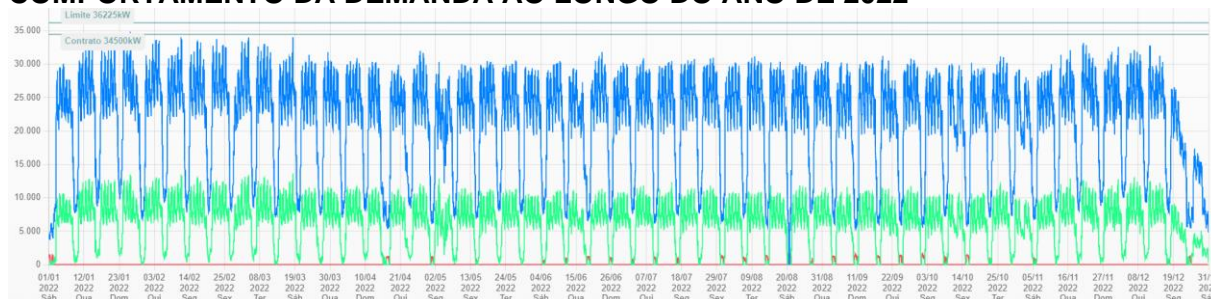
Número de consumidores			
Classe	2022	2021	%
Residencial	5.172	4.966	4,15%
Industrial	167	163	2,45%
Comercial	583	564	3,37%
Rural	738	775	-4,77%
Outros	95	95	0,00%
Total	6.755	6.563	2,93%

Varição na Demanda Média Anual Adquirida: Com relação à variação da demanda adquirida na subestação Cegero, tivemos como máxima demanda medida, o valor de 34,8 MW (37,8 MVA), registrado no dia 26/01/2022, que representa um crescimento de 1,27% em relação a maior demanda medida em 2021.

ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (MW)		Crescimento %	
	FORA PONTA	PONTA*	FORA PONTA	PONTA
2018	27,5	24,6	6,84	6,05
2019	28,9	25,2	5,09	2,44
2020	29,7	25,1	2,76	(-0,4)
2021	32,0	27,3	7,74	8,76
2022	32,3	27,7	0,94	1,46

PONTA – 18:30 às 21:30

COMPORTAMENTO DA DEMANDA AO LONGO DO ANO DE 2022



Extensão das Redes de Distribuição de Energia:

ANO	EXTENSÃO DE REDES (AT)			EXTENSÃO DE REDES (BT)			
	1Ø (km)	3Ø (km)	total (km)	1Ø (km)	2Ø (km)	3Ø (km)	total (km)
2018	26,51	261,95	288,46	67,07	8,23	192,83	268,13
2019	26,14	266,54	292,68	63,87	7,88	181,17	252,92
2020	25,56	271,91	297,47	72,43	7,49	184,27	264,19
2021	24,80	278,52	303,32	78,63	7,25	188,07	273,95
2022	25,11	281,98	307,09	83,31	7,03	191,45	281,79

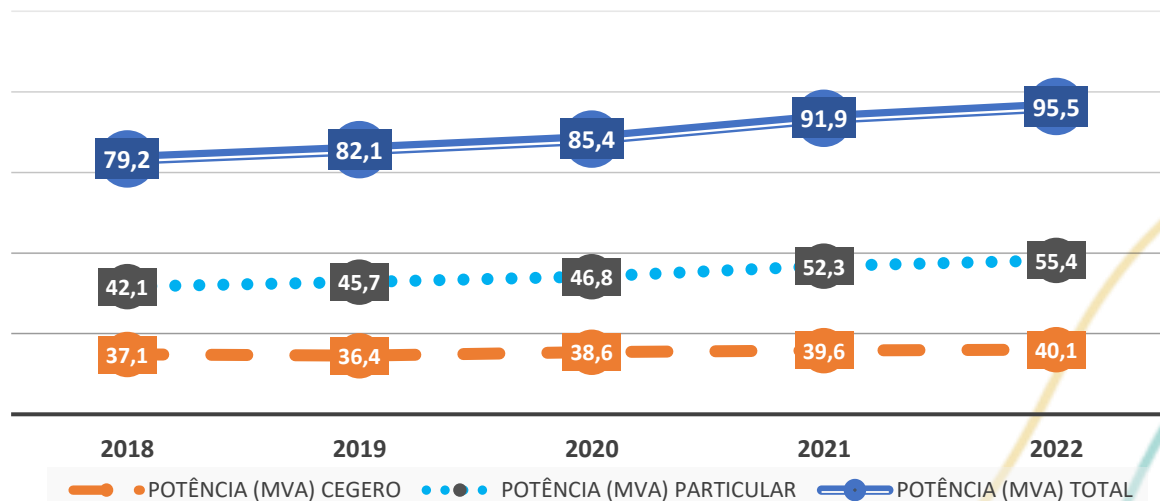
Transformadores de Distribuição Instalados no Sistema Elétrico da CEGERO:

ANO	2018	2019	2020	2021	2022
Cooperativa	594	596	623	635	641
Particulares	50	63	97	109	125
TOTAL	644	659	720	744	766

Potência Instalada em MVA no Sistema Elétrico da CEGERO:

ANO	POTÊNCIA (MVA)		
	CEGERO	PARTICULAR	TOTAL
2018	37,1	42,1	79,2
2019	36,4	45,7	82,1
2020	38,6	46,8	85,4
2021	39,6	52,3	91,9
2022	40,1	55,4	95,5

POTÊNCIA EM MVA



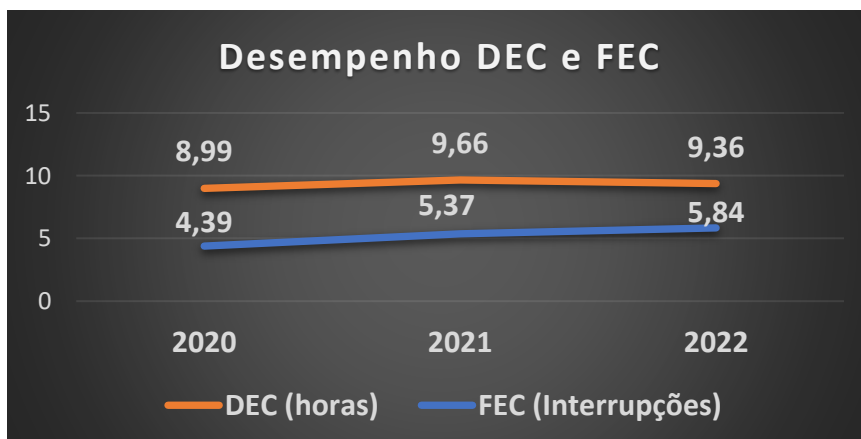
Tarifas: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2022, considerando o adicional de bandeira tarifária, atingiu R\$ 427,13 /MWh, com aumento de 1,08% em relação a 2021.

Por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.110, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022, as tarifas de aplicação da Cegero, constantes da Resolução Homologatória nº 2.938, de 27 de setembro de 2021, foram, em média, reajustadas em 15,74% (quinze vírgula setenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora, em vigor no período de 30 de setembro de 2022 a 29 de setembro de 2023.

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2022	2021
Residencial	454,41	443,52
Industrial	423,59	422,39
Comercial	472,26	453,39
Rural	410,26	382,65
Outros	370,02	363,77
Média	427,13	422,57

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMA
2020	8,99	4,39	1h43min
2021	9,66	5,37	1h02min
2022	9,36	5,84	0h56min



A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – Cegero, foi regularizada como permissionária de serviço público de distribuição de energia em 2018, conforme resolução autorizativa nº 7.278/2018 e consequente resolução homologatória nº 2.487/2018.

Segundo o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 008/2018/ANEEL, a apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais, bem como relativos aos tempos de atendimento emergencial, devem ser iniciados na etapa 2 do contrato, período relativo aos 12 meses seguintes da etapa 1. Logo os indicadores da Cegero passaram a ser oficialmente apurados somente em 2020, impossibilitando o envio dos últimos 5 anos.

Com relação ao Tempo de Espera, segundo o art. 390 da Resolução nº 1000/2021, da ANEEL, a implantação da Central de Teleatendimento – CTA é obrigatória para distribuidora com mais de 60 (sessenta) mil unidades consumidoras e facultativa para as demais.

Tecnologia da informação - Em 2022, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

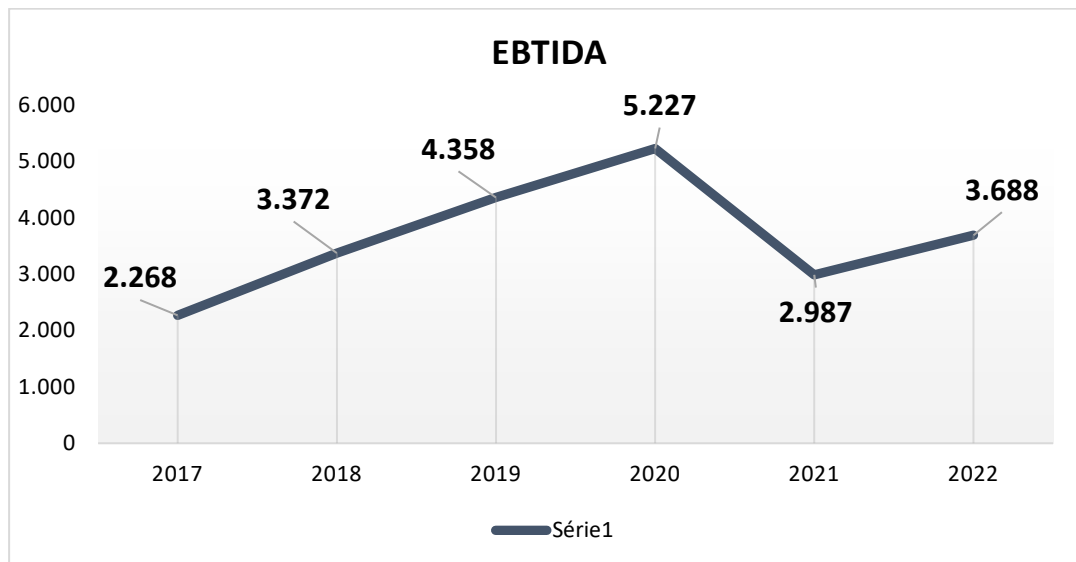
- Continuidade na melhoria e adequação de toda infraestrutura de tecnologia lógica e física para com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- Continuidade do projeto de reformulação da Segurança da Informação, Plano de Continuidade de Negócio e Gestão de Risco da Informação, com a reestruturação de políticas de backups de bases de dados, segurança de redes de comunicação, controles de acesso, firewall, homologações de softwares e hardwares, reestruturação de acesso a redes móveis, atualização de sistemas operacionais, treinamento e conscientização de usuários e etc;
- Destaque para aplicação de nova ferramenta de backup de servidores, a qual permite reestabelecimento do sistema em poucas horas em caso de incidente;
- Continuidade na migração dos módulos do sistema ERP de desktop para Web visando acessibilidade, disponibilidade, segurança, escalabilidade, melhor desempenho, e consequente economia de recursos aplicados;
- Gestão da marca (branding) e redes sociais;

- Melhorias no formato de atendimento digital automatizado ao consumidor no que se refere a site, agencia virtual, comunicados via sms, e-mail e telefonia;
- Destaque para implantação do atendimento digital via whatsapp com atendimento parcialmente automatizado por inteligência artificial;
- Destaque também para mudança na área de telefonia, a qual alteramos a forma de comunicação de cabo metálico para fibra, evitando assim problemas com descargas elétricas e mais rapidez nos reparos técnicos;
- Continuidade na aplicação e encaminhamento do projeto de redes inteligentes com a manutenção e implantação de equipamentos de controle e operação remotos;
- Manutenção da infraestrutura física e lógica;
- Melhorias no software de rastreamento de veículos em serviço, mapas, controle por GPS, e nos hardwares de comunicação por rádio;
- Manutenção e melhoria de softwares, hardwares e redes de conexão e servidor, no que se refere a leitura, desde aparelhos leitores e impressoras portáteis a conexão em redes sem fio em um novo servidor melhorado;
- Adequação para a emissão de notas fiscais eletrônicas em campo no momento da leitura;
- Contratação de empresa especializada em segurança da informação para prestação de suporte e consultoria na área;
- Continuidade nas adequações para conformidade a RN 964 de Segurança Cibernética da Aneel;
- Início do uso do CODRT nos serviços de corte de energia, software que permite carregamento de ordens de serviço em dispositivo móvel, evitando a emissão em papel e permitindo o gerenciamento e aplicação de informações em tempo real com o servidor da Cegero.

Desempenho econômico-financeiro: Em 2022, o lucro líquido foi de R\$ 4,2 milhões, contra R\$ 3,6 milhões em 2021, um aumento de 17%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 58,7 milhões, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 59,9 milhões, uma redução de 2,00%. As

despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 11,3 milhões, 0,06% superiores em relação à 2021.

O EDITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3,7 milhões, superior em 23% a 2021, que foi de R\$ 3,0 milhões. Conforme evolução abaixo:



Realização de serviços, obras de ampliação, melhoria e modernização das nossas redes:

- Foram 6.473 atendimentos realizados e 6.968 serviços concluídos no ano, envolvendo redes de distribuição, análise de projetos, poda de árvores próximas da rede, manutenção da iluminação Pública, ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores queimados, corte e religação, faltas de energia, segunda via de faturas, análise de tensão, auxílio ao Associado, entre outros.
- Foram realizadas 202 novas ligações, totalizando 6.862 unidades consumidoras atendidas, número 3,03% superior ao ano de 2021.
- Foram distribuídos 182,8 GWh (Giga Watt Hora) de energia, representando um crescimento de 1,24% em relação a 2021.
- Encerramos o ano de 2022 com uma extensão de 589km de redes de distribuição, com 766 transformadores instalados no sistema, somando uma potência instalada de 95,5MVA e demanda máxima registrada de 34,8MW (Megawatt).

- e) Com relação a qualidade do fornecimento, o tempo médio sem energia no ano foi de 9,37 horas, com uma quantidade média de 5,81 interrupções de energia, representando uma disponibilidade média de energia elétrica de 99,89% no ano.
- f) Foram realizados 161 processos de obras de ampliação, manutenção e melhoria de rede, totalizando um investimento de R\$ 2.747.258,11 em obras executadas.
- g) Do total acima descrito, R\$ 2.488.521,96 são referentes a materiais aplicados e em estoque, bem como vestimentas e serviços terceirizados, conforme segue detalhado abaixo:
- i. Para suprir o crescimento da demanda, foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição (6 unidades), repotencializados vários circuitos, substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isto os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia, etc. Investimento em transformadores novos e consertos no valor de R\$ 117.316,86;
 - ii. Foram comprados neste exercício, cabos de aço, cobre e alumínio de várias bitolas, utilizados em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, etc. Também estão inclusos aqui os materiais necessários para efetivar a ligação dos cabos, como conectores, alças, luvas de emendas e espaçadores, totalizando um investimento de R\$ 623.392,85;
 - iii. Dando continuidade às melhorias das redes de distribuição de energia da Cegero, através de manutenção das redes existentes e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram adquiridos 293 novos postes de várias bitolas (R\$ 555.144,08), bem como 471 novas cruzetas de fibra de vidro e metálica galvanizada (R\$ 132.450,85), mais acessórios para montagem das estruturas (R\$ 18.576,32), totalizando investimento de R\$ 706.171,25;
 - iv. Investimento em isoladores, destinados às novas redes de distribuição de energia e manutenção das existentes, no total de 1.016 isoladores tipo bastão polimérico, tipo pilar porcelana, pino polimérico e roldana, no valor total de R\$ 86.848,89;

- v. Foram adquiridos 90 novos para raios poliméricos, 12 quilovolts, compreendendo a instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para raios danificados, no valor total de R\$ 11.956,70;
- vi. Adquiridas 133 novas chaves fusíveis polimérica (R\$ 33.359,14), 15 chaves seccionadoras polimérica (R\$ 10.843,95) e 36 chaves seccionadora porcelana (R\$ 23.940,78), totalizando investimento de R\$ 68.143,87;
- vii. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores, no total de 765 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm² (R\$ 51.184,86) e 320 hastes de terra (R\$ 23.833,81) no valor total de R\$ 75.018,67;
- viii. Aquisição de 593 medidores de energia, de diversos modelos e demais equipamentos destinados à medição de energia (chaves de aferição, transformador de corrente e transformador de potencial) no valor total de R\$ 281.029,74;
- ix. Aquisição de 2 religadores, 13.800 Volts, 800 Amperes R\$ 101.220,00, e manutenção em 2 equipamentos R\$ 29.960,00, valor total de R\$ 131.180,00;
- x. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 109.967,63;
- xi. Utilização de equipes terceirizadas, para construção e manutenção das redes de distribuição de energia da Cegero, serviços emergenciais e equipe de linha viva, evitando o máximo os desligamentos de energia durante as obras de melhorias e ampliação, assim como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema da Cegero, totalizando R\$ 277.495,50;



Imagem 01: Manutenção Linha de Distribuição



Imagem 02: Melhorias e Manutenções



Imagem 03: Subestação

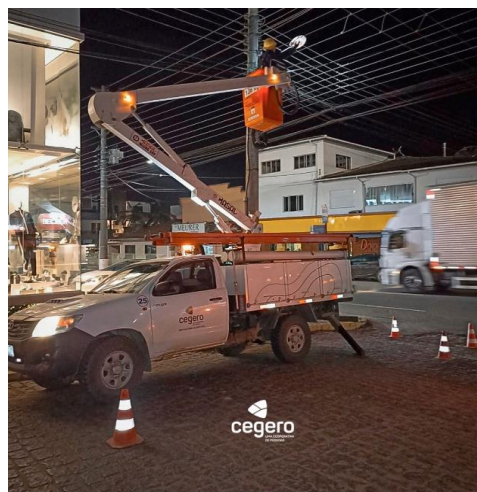


Imagem 04: Manutenção Iluminação



Imagem 05: Equipamentos de Segurança

Em 2023, estão previstos os seguintes investimentos:

1. Inspeção termográfica nas redes de distribuição e subestação 138 Kv no valor de R\$ 6.000,00.
2. Ampliação e Melhoria de rede em AT e BT na comunidade do Mar Grosso, desde a instalação transformadora IT120 até a IT 413, no valor de R\$ 280.000,00.
3. Alteração de Rede AT e BT no Bairro Bom Retiro, valor de R\$ 30.000,00.
4. Projeto de rede AT e BT na SC 108, próximo Associação ABB, valor de R\$ 136.000,00.
5. Projeto de melhoria e instalação de novo transformador na Rua Padre Auling e adjacentes no valor de R\$ 85.000,00.
6. Projeto melhoria na rede compacta na Estrada Geral Bom Retiro, no valor de R\$ 15.000,00.
7. Instalação de novos transformadores na SC 108, Centro de São Ludgero, valor de R\$ 40.000,00.
8. Melhoria de redes no Bairro Dona Jordina, no valor de R\$ 25.000,00.
9. Melhoria de rede AT e BT na Estrada Geral 3 Divisas, no valor de R\$ 44.000,00.
10. Melhoria de rede AT e BT na Estrada Geral das Furnas, no valor de R\$ 90.000,00.
11. Projeto de repotencialização dos transformadores em toda área das redes de distribuição da Cegero, valor aproximado de R\$ 130.000,00.
12. Ampliação da rede de distribuição industrial denominada CGO 01, no Bairro Nova Estrela para remanejamento de cargas demandadas, no valor de R\$ 120.000,00.
13. Melhoria de rede na Estrada Geral Serrinha, no valor de R\$ 120.000,00.
14. Melhoria de rede em AT e BT, instalação de novos transformadores, postes, chaves e cabos em todo o Bairro Bela Vista, no valor de R\$ 290.000,00.
15. Projeto e Construção de rede AT, permitindo ligação em anel dos Bairros Barra do Norte e Bom Retiro, melhorando a confiabilidade do sistema de distribuição de energias nas comunidades, no valor de R\$ 400.000,00.

16. Instalação dos medidores com módulo de qualidade da energia, sorteados pela Aneel, com medição automatizada e com envio de relatórios mensais da qualidade da energia elétrica para Aneel. Serão 16 medidores instalados no ano de 2023, valor aproximado dos custos de R\$ 32.000,00.
17. Construção de uma linha de transmissão em 138 KV, com aproximadamente 30,20 Km de extensão. Valor estimado para execução do projeto de aproximadamente R\$ 60.000.000,00, a ser dividido igualmente entre a Cegero e a Cerbranorte. Valor da Cegero R\$ 30.000.000,00.

Benefício de Construção da Linha de Transmissão 138 KV:

- a) Melhorar ainda mais a capacidade de distribuição da Cegero no futuro e melhorar a qualidade da energia recebida pela Cegero.
- b) Reduzir o custo de transporte, hoje vinculado a Distribuição da Celesc.



Gestão pela qualidade total: Como forma de atestar a qualidade dos serviços prestados, em 2020, a Cegero teve o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela NBR ISO 9001, atestando que toda a Cooperativa, ou seja, todos os setores, seguem padrões internacionais de qualidade, visando sempre a isonomia e excelência nos serviços prestados.

Em 2021, a Cegero passou a fazer parte de um seleto grupo de distribuidoras do Brasil, que possuem a certificação internacional ISO 14001, norma que garante a proteção do meio ambiente por meio de práticas sustentáveis.

Já em 2022, foi reconhecida pela ANEEL como uma das 4 (quatro) melhores distribuidoras do país (entre 104 distribuidoras analisadas) em termos de satisfação (4ª posição) e qualidade (3ª posição), possuindo um índice de Excelência em gestão acima de 95% (noventa e cinco por cento) de acordo com indicadores da fundação nacional da qualidade e do SESCOOP.



Imagem 06: Certificado ISO 9001



Imagem 07: Certificado ISO 14001

Melhorias nos processos internos, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados, de acordo com ações previstas no planejamento estratégico:

- a) Mantivemos regularmente o treinamento e o desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas nas mais diversas áreas, totalizando um investimento de R\$ 67.343,15, sendo R\$ 43.330,00 com recursos do SESCOOP e R\$ 24.013,15 com recursos próprios da Cegero.
- b) Mantivemos o nosso sistema integrado de gestão certificado pela ISO9001 e ISO14001;
- c) Executamos 84 ações de melhoria contínua, nos diversos setores da Cooperativa;
- d) Concluímos o ano com 95,65% de adequação aos princípios da excelência em gestão, da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), organizado pelo SESCOOP;
- e) Continuamos praticando uma das tarifas mais baratas do Brasil. Segundo dados da ANEEL, em 2022/2023 a tarifa média nacional passou a ser 42,35% superior a tarifa praticada pela Cegero.
- f) Já com relação à qualidade dos serviços prestados e satisfação dos consumidores, em pesquisa realizada pela ANEEL, a Cegero foi considerada a 4ª melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil, entre 104 empresas avaliadas.
- g) Aquisição de veículo Strada Freedom 1.3, no valor de R\$ 105.580,79.
- h) Aquisição de veículo Caminhão Mercedes-Benz ATEGO 1726 / 4x4, no valor de R\$ 910.364,84.
- i) Investimento em equipamentos de informática no valor de R\$ 18.241,98, incluindo HD e memória para o servidor, um computador, um notebook e um monitor.
- j) Investimento em equipamentos de telefonia no valor de R\$ 31.100,00, incluindo uma nova central telefônica com fibra ótica e 12 aparelhos celular Caterpillar.
- k) Investimento em equipamentos de radiocomunicação no valor de R\$ 23.191,23, incluindo 6 rádios portáteis e um banco de baterias para o sistema de rádio no morro das antenas.

- l) Investimento em pallets e caixas para o almoxarifado no valor de R\$ 29.472,18.
- m) Investimento em demais equipamentos, ferramentas, móveis e utensílios, no valor total de R\$ 58.017,45, conforme segue:

1 EQUIPAMENTO PARA AFERIÇÃO DE MEDIDOR	10.136,47
1 PERFURATRIZ ROTOR RT307	8.645,00
2 CESTO DE FIBRA PARA GUINDASTE COM CAIXA PARA FERRAMENTAS	8.260,00
1 FERRAMENTA DE INTERRUPÇÃO SOB CARGA 14.4/25KV - LOADBUSTER	4.850,00
1 MARTELO PERFURADOR DEWALT	4.300,00
1 BANCADA DIVISORIA METALICA COM PORTAO E BANCADA FIXA	3.166,40
1 CAIXA DE FERRO PARA COLETA SELETIVA	2.950,00
1 APLICADOR CONECTOR CUNHA CHAVE DE IMPACTO	2.470,00
1 CHAVE DE IMPACTO 20V 1/2" 220V - DEWALT	2.450,00
2 ALICATE AMPERIMETRO	2.124,26
1 CHAVE DE IMPACTO 20V 1/2" 220V - DEWALT	2.000,00
1 BATERIA ZEBRA RECARREGAVEL	1.750,00
1 BY PASS TEMPORARIO PARA CHAVE FUSIVEL ACIONAMENTO POR MOLLA	1.490,00
1 FURADEIRA/PARAFUSADEIRA COM 02 BATERIAIS DEWALT	1.466,32
1 TESTADOR DE BATERIA TB200 DIGITAL - 200A	1.099,00
1 TESTADOR DE BATERIA TB50 DIGITAL - 50A	860,00



Imagem 08: Curso de Capacitação em Subestação



Imagem 09: Treinamento Primeiros Socorros



Imagem 10: Treinamento Combate a Incêndio



Imagem 11: SIPAT 2022



Imagem 12: Strada Freedom 1.3



Imagem 13: Caminhão Mercedes Benz ATEGO 1726



Imagem 14: Equipamento para Aferição de Medidores



Imagem 15: Martelo Perfurador



Imagem 16: Loadbuster



Imagem 17: Alicata Amperímetro

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Manutenção e desenvolvimento de projetos sociais, bem como ajuda a entidades sociais:

- a) Destinamos, por meio do FATES, R\$ 470.254,40 reais no ano de 2022 à sociedade, com destaque para:
 - I. Rede Feminina de Combate ao Câncer: R\$60.000,00 para a manutenção das atividades, contribuindo assim com 4.005 procedimentos realizados pela Rede em 2022.
 - II. Apae: R\$60.000,00 para auxílio na manutenção das atividades para atendimento a 152 alunos, mais R\$50.000,00 para o término da ampliação da sede.
 - III. Unidade Básica de Saúde de São Ludgero: R\$120.000,00 para a manutenção do plantão médico 24 horas, contribuindo com mais de 49 mil atendimentos realizados.
 - IV. Hospital Santa Teresinha: R\$ 60.000,00 para a manutenção das atividades, contribuindo assim com mais de 6.600 atendimentos realizados pelo Hospital à moradores da cidade de São Ludgero no ano de 2022.

- V. Pastoral Social: R\$30.000,00 para a manutenção das atividades e ajuda de acamados e pessoas carentes, com mais de 100 famílias beneficiadas.
- VI. Cooperativismo: R\$63.854,40 para realização de ações voltadas ao desenvolvimento da educação cooperativista, fechando o ano com 14 projetos desenvolvidos. Além disso, foram mais R\$ 74.685,49 de recursos provenientes do Sescop SC, totalizando R\$138.539,89.
- VII. Esporte no município de São Ludgero: R\$26.400,00 para aquisição de uniformes para mais de 400 alunos matriculados em diferentes modalidades esportivas do município, e também para a cobertura dos custos com arbitragem da Taça Cegero.



Imagem 18: Projeto: Educadores Transformadores



Imagem 19: Palestra Dia das Mulheres



Imagem 20: Páscoa na Escola



Imagem 21: Família na Escola



Imagem 22: Criação de Gibi (Consumo Consciente)



Imagem 23: Caminhada pela Vida



Imagem 24: 17ª Taça Cegero

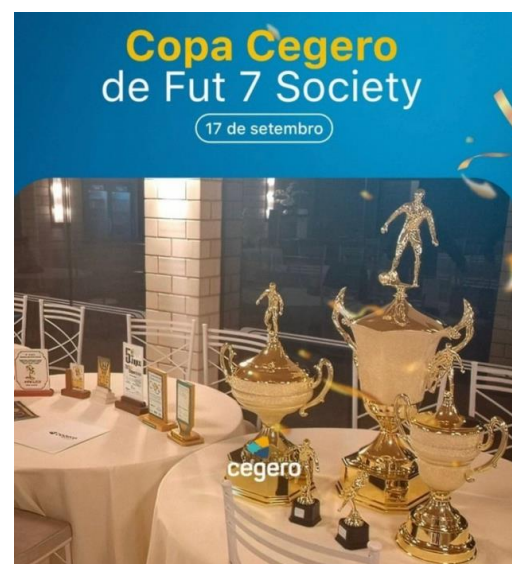


Imagem 25: Copa Fut 7 Society (Integração entre Cooperativas)



Imagem 26: Ação Solidária (Dia das Crianças)



Imagem 27: Incentivo ao Descarte Correto de Pilhas



Imagem 28: Programa Mulheres Cooperativistas



Imagem 29: Programa Orientação Profissional

Destacamos ainda outros serviços que são prestados à comunidade e que contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos associados:

01. Mão de obra gratuita na manutenção da iluminação dos campos de futebol.
02. Mão de obra gratuita na manutenção e instalação de pontos de iluminação particular, em especial nas propriedades rurais.
03. Mão de obra gratuita na contratação e manutenção de redes particulares.
04. Empréstimo gratuito do gerador às comunidades, associações e eventos realizados no município.
05. Instalação gratuita de toda iluminação de natal nas praças e avenidas do município.
06. Reserva gratuita dos auditórios da CEGERO, tanto do Centro quanto da Sede Administrativa, para reuniões, palestras e outros eventos realizados por sócios, empresas, escolas e comunidade em geral, totalizando 205 reservas no ano.

Com relação ao preço praticado, em 2022 a Cegero teve um reajuste médio de 15,74% (quinze vírgula setenta e quatro por cento), permanecendo com uma das tarifas de energia elétrica mais baratas do Brasil, ocupando atualmente a terceira colocação entre as 105 distribuidoras com tarifas homologadas pela ANEEL.

O efeito médio do reajuste percebido pelos consumidores faturados em Baixa Tensão foi de 19,65%, com destaque para os consumidores residenciais e comerciais que tiveram aumento

de 18,14%. Já para os consumidores faturados em Alta Tensão o efeito foi positivo em 14,71%.

A tarifa média nacional é 50% superior a tarifa praticada pela Cegero, impactando positivamente no desenvolvimento socioeconômico da região.

Compra de Energia Elétrica no mercado livre:

Leilão 2020/1, teve como empresa vencedora do certame a CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A, com o preço base de R\$ 148,28/MWh.

O contrato tem duração de pouco mais de 12 anos, com início do fornecimento em novembro de 2021, representando um total de R\$ 153.080.977,81 (cento e cinquenta e três milhões, oitenta mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos) em energia contratada. Estima-se que a compra de energia no mercado livre resultará em uma economia de mais de R\$ 280 milhões ao longo de 12 anos e 2 meses de contrato. A economia nos dois primeiros meses de contrato, novembro e dezembro de 2021, após a liquidação financeira, realizada mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, ocorrida já no ano 2022, devido ao prazo de MS+26, foi de R\$ 1.577.519,61.

Legenda: MS: Mês seguinte ao mês de operação de compra e venda de energiadu: dias úteis

Leilão 2022/1, teve como empresa vencedora a CELESC GERAÇÃO S.A, com o preço base de R\$ 80,50/MWh.

O contrato tem duração de 02 anos, com início do fornecimento em janeiro de 2023, representando um total de R\$ 3.488.791,30 (três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e um reais e trinta centavos) em energia contratada. A estimativa de que a nova aquisição de energia no mercado livre resultara em uma economia de R\$ 2.750 milhões no período de 02 anos.

Agradecimentos

Todas as ações apresentadas, são resultados de muito trabalho e determinação, com funcionários e conselheiros focados em fazer da Cegero uma das melhores Distribuidoras do Brasil.

Ao avaliarmos as ações desenvolvidas em 2022, concluímos que a missão da Cegero foi mantida, ou seja, conseguimos oportunizar qualidade de vida e geração de riqueza a família associada e a consumidores, por meio da distribuição de energia elétrica com qualidade, segurança e eficiência, a partir dos princípios do cooperativismo e do desenvolvimento social.

Agradecemos a cada um de nossos associados e colaboradores, pois o nosso sucesso depende de uma ação conjunta de forças e do apoio de toda comunidade.

Desejamos a todos um 2023 de muita saúde, grandes realizações, e novamente objetivos alcançados.

São Ludgero, 14 de março de 2023.

A Direção.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Valores expressos em reais)

Balanco Patrimonial

ATIVO

Descrição	N.E	Em reais	
		31/12/2022	31/12/2021
Circulante		29.907.020,11	31.268.537,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.046.793,75	15.276.670,29
Caixa	5.0	2.145,65	3.262,55
Numerários em Trânsito	5.0	2.026,42	0,00
Bancos Conta Movimento	5.0	404.716,96	4.340.699,69
Aplicações no Mercado Aberto	5.0	18.637.904,72	10.932.708,05
Direitos Realizáveis		10.860.226,36	15.991.866,71
Consumidores	7.1	9.904.270,99	11.311.646,47
Concessionárias e Permissionárias		725,35	471,70
Serviços em Curso	8.0	38.394,11	25.862,69
Tributos Compensáveis	9.1	61,13	35.313,38
Almoxarifado Operacional	10.0	88.092,90	52.804,58
Ativos Financeiros Setoriais	11.0	345.264,28	3.783.485,51
Despesas pagas antecipadamente	12.0	67.247,78	57.463,41
Outros Ativos Circulantes	13.0	416.169,82	724.818,97
Não Circulante		34.569.989,62	32.304.357,92
Realizável a Longo Prazo		1.932.123,41	1.798.439,24
Tributos Compensáveis	9.2	0,00	35.640,12
Outros Ativos não Circulantes	14.0	1.841.217,59	1.710.294,62
Bens e Ativ. não Vinc. à Permissão	15.0	90.905,82	52.504,50
Bens de Uso		2.263.613,98	1.604.806,52
Imobilizado	16.0	4.870.900,23	4.061.451,06
Depreciação Acumulada		(2.607.286,25)	(2.456.644,54)
Intangível		30.374.252,23	28.901.112,16
Intangível	17.0	39.922.544,43	37.668.421,97
Amortização Acumulada		(9.548.292,20)	(8.767.309,81)
Total do Ativo		64.477.009,73	63.572.894,92

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Valores expressos em reais)

Balanco Patrimonial
PASSIVO

Descrição	N.E	Em reais	
		31/12/2022	31/12/2021
Circulante		14.318.847,35	17.367.747,02
Fornecedores	18.0	5.159.393,25	5.257.652,17
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.0	899.385,18	754.119,65
Tributos	20.0	1.419.361,39	2.573.048,72
Encargos Setoriais	21.0	1.737.652,67	3.010.620,63
Passivos Financeiros Setoriais	22.0	4.307.137,83	5.068.593,56
Outros Passivos Circulantes	23.0	795.917,03	703.712,29
Não Circulante		854.002,64	629.342,94
Obrigações Vinc. à Permissão	24.0	854.002,64	629.342,94
Patrimônio Líquido		49.304.159,74	45.575.804,96
Capital social	26.0	243.720,00	234.450,00
Reservas de capital		48.421.142,39	44.796.646,92
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	27.C	42.264.334,48	38.736.238,81
Fundo de Reserva	27.C	5.768.980,07	5.342.781,84
FATES	27.C	387.827,84	717.626,27
Sobras à disposição da Assembleia	28.0	639.297,35	544.708,04
Total do Passivo		64.477.009,73	63.572.894,92

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Valores expressos em reais)

Demonstração de Sobras e Perdas

Descrição	N.E	Em Reais	
		31/12/2022	31/12/2021
01. Receita Operacional Bruta		97.037.137,74	107.419.625,06
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	29.0	52.538.880,63	60.930.873,03
(+) Disponibilização dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	29.0	43.514.910,43	39.420.302,07
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	29.0	(6.674.331,25)	1.993.472,94
(+) Serviços Cobráveis	29.0	49.853,51	37.236,25
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	29.0	4.246.389,08	2.048.595,68
(+) Outros Ingressos e Rendas	29.0	3.361.435,34	2.989.145,09
02. Dedução da Receita Bruta		(35.870.315,15)	(45.150.936,25)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	30.0	(18.019.447,19)	(24.415.041,32)
(-) Encargos do Consumidor	30.0	(17.850.867,96)	(20.735.894,93)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)		61.166.822,59	62.268.688,81
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica		(45.223.802,18)	(47.546.269,96)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	31.0	(35.011.437,64)	(47.546.269,96)
(-) Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	31.0	(10.212.364,54)	(0,00)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia		15.943.020,41	14.722.418,85
06. Despesas Operacionais		(13.829.514,13)	(13.089.805,76)
(+) Recuperação de Despesas	31.0	109.781,33	86.524,68
(-) Pessoal e Administrativo	31.0	(5.572.364,74)	(4.957.010,57)
(-) Material	31.0	(615.857,43)	(612.777,68)
(-) Serviços de Terceiros	31.0	(1.793.507,48)	(1.566.436,50)
(-) Depreciações	31.0	(1.574.264,02)	(1.354.794,77)
(-) Arrendamento e Aluguéis	31.0	(486.449,88)	(433.965,48)
(-) Seguros	31.0	(75.569,67)	(23.705,64)
(-) Despesas Tributárias	31.0	(57.687,87)	(14.971,20)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	31.0	(455.030,00)	(845.210,00)
(-) Provisão Para créditos de Líq. Duvidosa	31.0	61.789,59	(1.598,49)
(-) Outras Despesas Operacionais	31.0	(3.370.353,96)	(3.365.860,11)
07. Resultado Operacional (5+6)		2.113.506,28	1.632.613,09
08. Resultado Financeiro	32.0	2.252.406,93	1.334.044,85
(+) Receita de Aplicação Financeira		1.861.253,00	587.624,24
(+) Outras Receitas Financeiras		867.269,57	907.054,33
(-) Outras Despesas Financeiras		(476.115,64)	(160.633,72)
09. Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL (7+8)		4.365.913,21	2.966.657,94
10. Tributos e Contribuições S/Resultado		(646.828,43)	(256.415,35)
(-) Provisão Contribuição Social		(179.486,32)	(74.888,37)
(-) Provisão para Imposto de Renda		(467.342,11)	(181.526,98)
11. Resultado Líquido (9+10)		3.719.084,78	2.710.242,59
12 Resultados Abrangentes		542.897,55	921.144,35
(+) Reversão FATES		542.897,55	921.144,35
13. Base para Destinações (11+12)		4.261.982,33	3.631.386,94
Resultado Com Cooperados		4.261.982,33	3.631.386,94
14. Destinações Estatutárias		(3.622.684,98)	(3.086.678,90)
(-) Reserva Legal		(426.198,23)	(363.138,69)
(-) FATES		(213.099,12)	(181.569,35)
(-) Manutenção e Ampliação		(2.983.387,63)	(2.541.970,86)
15. Sobras Líquidas do Período (13+14)		639.297,35	544.708,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Valores expressos em reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2020	222.480,00	628.592,67	4.979.643,15	36.194.267,95	828.608,60	42.853.592,37
MUTAÇÕES EM 2021	11.970,00	89.033,60	363.138,69	2.541.970,86	(283.900,56)	2.722.212,59
Integralização de Capital	13.770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.770,00
Incorporação das Sobras	0,00	828.608,60	0,00	0,00	(828.608,60)	0,00
Devolução de Capital	(1.800,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.800,00)
Reversão das Reservas	0,00	(921.144,35)	0,00	0,00	921.144,35	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	2.710.242,59	2.710.242,59
Destinações	0,00	181.569,35	363.138,69	2.541.970,86	(3.086.678,90)	0,00
SALDO EM 31/12/2021	234.450,00	717.626,27	5.342.781,84	38.736.238,81	544.708,04	45.575.804,96
MUTAÇÕES EM 2022	9.270,00	(329.798,43)	426.198,23	3.528.095,67	94.589,31	3.728.354,78
Integralização de Capital	11.115,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.115,00
Incorporação das Sobras	0,00	0,00	0,00	544.708,04	(544.708,04)	0,00
Devolução de Capital	(1.845,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.845,00)
Reversão das Reservas	0,00	(542.897,55)	0,00	0,00	542.897,55	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	3.719.084,78	3.719.084,78
Destinações	0,00	213.099,12	426.198,23	2.983.387,63	(3.622.684,98)	0,00
SALDO EM 31/12/2022	243.720,00	387.827,84	5.768.980,07	42.264.334,48	639.297,35	49.304.159,74

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Valores expressos em reais)

Demonstração dos fluxos de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação	4.365.913,21	2.966.657,94
Sobras Líquidas Antes da Tributação	4.365.913,21	2.966.657,94
2 - Ajuste Por	2.919.081,93	(2.920.076,34)
Amortização Acumulada	931.624,10	38.547,49
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	1.407.375,48	(1.916.170,23)
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(253,65)	(68,98)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	70.892,37	54.954,91
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(12.531,42)	14.593,96
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(35.288,32)	(4.122,47)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	3.438.221,23	(1.880.492,36)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(9.784,37)	(55.461,25)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos	177.726,18	(1.581.035,89)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	(98.258,92)	98.799,45
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	145.265,53	92.275,51
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	(1.153.687,33)	560.702,43
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	(1.272.967,96)	1.509.847,56
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(761.455,73)	(160.261,64)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	92.204,74	307.815,17
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	7.284.995,14	46.581,60
4- Caixa Proveniente das Operações	(646.828,43)	(256.415,35)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(646.828,43)	(256.415,35)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.(3+4)	6.638.166,71	(209.833,75)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.877.313,25)	(3.699.462,32)
Ativo Imobilizado / Intangível	(3.063.571,63)	(3.927.680,76)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	224.659,70	237.393,10
Participação em Cooperativas de Crédito	(38.401,32)	(9.174,66)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	9.270,00	11.970,00
Integralização de Capital	11.115,00	13.770,00
Devolução de Capital	(1.845,00)	(1.800,00)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	3.770.123,46	(3.897.326,07)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	3.770.123,46	(3.897.326,07)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	15.276.670,29	19.173.996,36
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	19.046.793,75	15.276.670,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2022 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

2. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Em 2016, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, Submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante desse contexto, deu-se abertura a audiência pública AP nº 79/2017, com o propósito de colher subsídio para a definição da metodologia de regularização da CEGERO e definição das tarifas iniciais, sendo essa audiência concluída em fevereiro de 2018. Como resultado da audiência pública, a ANEEL editou a resolução normativa nº 813, em maio de 2018, definindo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, entre elas a CEGERO.

O enquadramento oficial da CEGERO como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica veio a ocorrer por meio da resolução autorizativa nº 7.278, de 11 de setembro de 2018, e posterior assinatura do contrato de permissão ocorrida no dia 23 de outubro de 2018, com vigência de 30 anos.

Após a resolução autorizativa e consequente assinatura do contrato de permissão Nº. 08-2018, a diretoria da ANEEL, em reunião realizada no dia 27/11/2018, homologou as tarifas iniciais da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO, por meio da resolução homologatória nº 2.487/2018, que passaram a vigorar de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000 (R1) de 2016, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 17 de outubro de 2019, que dispõe sobre auditoria das estimativas contábeis.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de janeiro de 2022.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento do RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBCTG 01(R3) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEGERO** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas

Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores a Receber**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2022, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – REN ANEEL nº 933, de 18 de maio de 2021, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos estão reconhecidas em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

Com relação aos consumidores que possuem pendência e estão em regime operacional de recuperação judicial a administração julgou prudente a provisão total dos créditos referente aos mesmos.

▪ **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

▪ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

▪ **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

▪ **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

▪ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico), versão 2022.

▪ **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e

OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

▪ **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

▪ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

▪ **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

▪ **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros

amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

▪ **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidadas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

▪ **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Receita não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

▪ **Receita de Construção e Custo de Construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

▪ **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

• **Estrutura das Demonstrações Contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento a Ofícios de Encerramento e Despachos ANEEL, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL nº 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores que compõe os saldos referentes a “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Contas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa Geral	1.145,65	2.262,55
Bancos Contas Movimento	404.716,96	4.340.699,69
Fundos de Caixa	1.000,00	1.000,00
Numerários em Trânsito	2.026,42	0,00
Aplicações no Mercado Aberto	18.637.904,72	10.932.708,05
Banco Do Brasil S.A.	0,00	83.152,12
Sicoob/SC – Credivale	6.080.827,31	1.697.533,77
Bradesco Invest.	289,64	7.986,11
Unicred Aplicação Financeira	10.678.940,05	6.486.861,39
Banco Do Brasil Fundos RF LP	0,00	1.635.959,57
Banco Do Brasil Rende Fácil	102.609,01	0,00
Safra Aplicação	1.775.238,71	1.021.215,09
Total Caixa e Equivalentes	19.046.793,75	15.276.670,29

6. CONSUMIDORES

Todos os consumidores foram faturados. O faturamento de Alta Tensão corresponde ao mês civil. OS consumidores de Baixa Tensão têm saldo de consumo de pelo menos dois dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Faturados	6.761	6.570
Total	6.761	6.570

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

7.1. Composição das contas a receber

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de “Consumidores” estão demonstrados a seguir, desdobrados por classe de consumo:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	1.047.285,46	1.191.055,66
Industrial	7.158.158,16	7.928.215,96
Comercial	485.336,12	631.622,60

Rural	656.899,66	840.945,45
Poderes Públicos	38.520,44	43.652,03
Iluminação Pública	36.968,24	50.283,94
Serviço Público	22.936,06	30.237,09
Receita não Faturada	202.200,27	169.009,23
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(78.436,15)	(118.892,53)
Serviços Cobráveis	11.026,54	8.680,50
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(448,69)	(599,98)
Participação Financeira	110.485,13	49.545,08
Parcelamentos	279.399,54	763.406,46
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(69.333,80)	(285.774,86)
Outros	3.274,01	10.259,84
Total	9.904.270,99	11.311.646,47

7.2. Saldos Vincendos e Vencidos

Os valores que compõe os saldos vencidos e a vencer:

Consumidores	Saldos	Vencidos		Saldo	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	870.992,04	159.161,84	6.405,72	1.036.559,60	1.174.458,38
Industrial	6.867.923,58	225.213,84	53.671,15	7.146.808,57	7.905.358,10
Comercial	421.471,18	45.910,40	14.150,16	481.531,74	624.877,74
Rural	540.560,71	109.742,88	474,48	650.778,07	831.278,34
Poder Público	38.226,86	227,88	0,00	38.454,74	43.652,03
Iluminação Pública	36.696,80	0,00	232,08	36.928,88	50.166,61
Serviço Público	22.936,06	0,00	0,00	22.936,06	30.237,09
Juros e Multas	15.211,46	14.136,92	2.758,10	32.106,48	55.984,44
Total	8.814.018,69	554.393,76	77.691,69	9.446.104,14	10.716.012,73

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Versão 2022, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

8. SERVIÇOS EM CURSO

Os saldos referentes aos “Serviços em Curso”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviço Próprio	38.394,11	25.862,69
Total	38.394,11	25.862,69

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

9.1 Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Curto Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Saldo Negativo	61,13	61,13
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	0,00	35.252,25
Total	61,13	35.313,38

9.2 Não Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Longo Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	0,00	35.640,12
Total	0,00	35.640,12

10. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Os saldos referentes ao “Almoxarifado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado Operacional	55.398,31	52.758,48
Estoque de Sucatas	3.530,65	46,10
Outros (ferramentas e EPI'S)	29.163,94	0,00
Total	88.092,90	52.804,58

Referem-se a materiais destinados à manutenção de equipamentos e redes de distribuição de energia elétrica.

11. ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Ativos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Neutralidade da Parcela A	303.032,55	0,00
Ciclo Tarifário em Diferimento	303.032,55	0,00
Neutralidade TFSEE	791,64	0,00
Neutralidade CDE	218.292,19	0,00
Neutralidade CDE / Conta Covid	28.591,15	0,00
Neutralidade PROINFA	40.119,02	0,00
Neutralidade ESS/EER	70.238,54	0,00
Neutralidade ELETROBRAS	(36.530,71)	0,00
Neutralidade EH – PARCELA B	(5.456,75)	0,00
Neutralidade EH – ESS/EER	(13.012,53)	0,00
Sobrecontratação de Energia	0,00	1.758,54
Ciclo Tarifário em Diferimento	0,00	1.758,54
Ativo Financeiro MCP	0,00	1.758,54
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	0,00	694.348,53
Ciclo Tarifário em Diferimento	0,00	694.348,53
Diferimento Ativo Parcela B	0,00	694.348,53
Bandeiras Tarifárias	42.231,73	0,00
Ciclo Tarifário em Diferimento	42.231,73	0,00
Bandeiras Tarifárias	42.231,73	0,00
Outros	0,00	1.069.516,92
Ciclo Tarifário em Diferimento	0,00	341.744,68
Repasso de PIS COFINS	0,00	331.710,06
Financeiro Energia	0,00	119.410,81
Financeiro ESS/EER	0,00	(118.183,86)
Garantias Financeiras	0,00	12.479,38
Multa Por Quebra de Contrato	0,00	(3.671,71)
Ciclo Tarifário em Amortização	0,00	727.772,24
Repasso de PIS COFINS	0,00	1.413.676,24
Neutralidade Conta Covid	0,00	(685.904,00)
Total	345.264,28	1.765.623,99

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de Seguros	67.247,78	57.463,41
Total	67.247,78	57.463,41

Os seguros de bens e veículos são contratados para periodicidade anual os quais não coincidem com o ano civil e tem seu pagamento quitado quando da contratação.

13. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de férias	55.951,46	64.467,25
Adiantamento Plano Saúde Unimed	2.526,52	2.526,52
Alienação de Bens e Direitos	14.000,00	58.000,01
Reembolsos do Fundo da CDE	48.871,55	408.945,68
(-) Provisão para Créditos de Líq. Duvidosa	(101.670,91)	(150.710,91)
OI S.A. - Compartilhamento de Infraestrutura	9.753,60	27871,10
Danielli Telecomunicações	18.611,94	5690,35
Ateky Internet Eireli	13.712,94	0,00
Cheques Devolvidos	101.670,91	150.710,91
SESCOOP/SC	1.450,00	0,00
Claro S.A.	1.776,84	0,00
Proinfa	214.363,35	140.024,65
FACIL internet compartilhamento	1.141,68	1036,60
CTG Beira Rio	4.000,00	0,00
Desativações Em Curso	30.009,94	16.256,81
Total	416.169,82	724.818,97

14. OUTROS ATIVOS- NÃO CIRCULANTES

Os saldos referentes aos “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Financeiro da Permissão	1.841.217,59	1.710.294,62
Total	1.841.217,59	1.710.294,62

15. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Quotas Uniced	46.841,19	18.247,54
Quotas Sicoob	44.064,63	34.256,96
Total	90.905,82	52.504,50

A Cegero mantém conta corrente nas Cooperativas de crédito Sicoob e Uniced, que além das cotas partes integralizadas também capitalizam sobras distribuídas e juros sobre o capital.

16. IMOBILIZADO

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
DISTRIBUIÇÃO					
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	707.548,56	39.720.700,37	39.525.146,42	(76.794,41)	826.308,10
TERRENOS	0,00	-	-	0,00	0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	6.050,57	254.397,23	254.397,23	(202,06)	5.848,51
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	416.664,88	39.315.951,77	39.225.588,32	(47.234,39)	459.793,94
VEÍCULOS	168.736,36	114.225,79	38.507,47	(16.325,38)	228.129,30
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	116.096,75	36.125,58	6653,40	(13.032,58)	132.536,35
IMOBILIZADO EM CURSO	0,00	728.950,79	105.580,79	0,00	623.370,00
VEÍCULOS	0,00	728.950,79	105.580,79	0,00	623.370,00
DISTRIBUIÇÃO	707.548,56	40.449.651,16	39.630.727,21	(76.794, 41)	1.449.678,10
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	897.257,96	20.115,81	29.590,59	(73.847,30)	813.935,88
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	463.056,29	17.165,81	29.590,59	(18.478,68)	432.152,83
VEÍCULOS	16.191,50D	0,00	0,00	(16.191,50)	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	418.010,17D	2.950,00	0,00	(39.177,12)	381.783,05
ADMINISTRAÇÃO	897.257,96	20.115,81	29.590,59	(73.847,30)	813.935,88
IMOBILIZADO	1.604.806,52	40.469.766,97	39.660.317,80	-150.641,71	2.263.613,98

17. INTANGÍVEL

Os saldos referentes ao "Intangível", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Saldo
Distribuição	28.887.238,26	48.610.066,66	47.132.226,59	30.365.078,33
Em Serviço	35.205.766,90	37.255.064,74	35.205.766,90	37.255.064,74
Edificações, Obras Civis E Benfeitorias	251.495,69	251.495,76	251.495,69	251.495,76
Máquinas e equipamentos	34.950.784,21	36.996.915,58	34.950.784,21	36.996.915,58
Moveis e utensílios	3.487,00	6.653,40	3.487,00	6.653,40
(-) Amortização Acumulada	(8.734.352,97)	8.734.352,97	9.510.635,36	(9.510.635,36)
Edificações, Obras Civis E Benfeitorias	(93.273,81)	93.273,81	102.018,81	(102.018,81)
Maquinas E Equipamentos	(8.640.636,63)	8.640.636,63	9.407.789,51	(9.407.789,51)
Moveis E Utensílios	(442,53)	442,53	827,04	(827,04)
Em Curso	2.415.824,33	2.620.648,95	2.415.824,33	2.620.648,95
Adiantamento A Fornecedores	23.710,50	127.000,00	23.710,50	127.000,00
Outros	2.392.113,83	2.493.648,95	2.392.113,83	2.493.648,95
Administração	13.873,90	0,00	4.700,00	9.173,90
Em Serviço	46.830,74	0,00	0,00	46.830,74
Softwares	43.739,24	0,00	0,00	43.739,24
Outros	3.091,50	0,00	0,00	3.091,50
(-) Amortização Acumulada	(32.956,84)	0,00	4.700,00	(37.656,84)
Softwares	(31.989,24)	0,00	4.700,00	(36.689,24)
Outros	(967,60)	0,00	0,00	(967,60)
INTANGIVEL	28.901.112,16	48.610.066,66	47.136.926,59	30.374.252,23

18. FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.566.363,19	1.408.354,04
Materiais e Serviços	308.350,62	413.083,93
Compra de Energia Elétrica	3.284.679,44	3.436.214,20
Total	5.159.393,25	5.257.652,17

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos referentes a “Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2022	31/12/2021
Empregados	104.797,29	99.656,05
Diretores e Conselheiros	24.457,36	25.183,17
Provisão de Férias	435.773,68	379.070,75
INSS S/Provisão de Férias	118.966,14	112.975,21
FGTS S/Provisão de Férias	34.861,61	30.272,35
PIS S/Provisão de Férias	4.357,71	3.790,70
INSS	22.434,22	23.445,94
IRRF	147.529,12	75.039,72
Mensalidade Sintresc	557,60	1.807,74
Empréstimo Consignado	5.650,45	2.878,02
Total	899.385,18	754.119,65

20. TRIBUTOS

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a Recolher	46.078,23	53.696,13
CSLL a Recolher	15.670,33	3.482,71
ICMS	1.220.491,54	2.379.478,58
ISS a Recolher	2.791,50	0,00
ISS Retido na Fonte	646,82	5.783,91
INSS	84.753,61	81.973,92
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	6.661,22	9.054,19
FGTS	36.312,40	30.459,12
PIS S/ Folha de Salários	4.491,33	3.780,77
Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF	1.129,34	4.053,29
Imposto de Renda Retido na Fonte	335,07	1.286,10
Total	1.419.361,39	2.573.048,72

21. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Encargos Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.181.501,63	811.493,37
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	154.748,96	154.748,96
Taxa de Fisc. dos Ser. de Energia Elétrica - TFSE	4.709,62	4.375,72
Encargos ESS	396.692,46	2.040.002,58
Total	1.737.652,67	3.010.620,63

22. PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Passivos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2022	31/12/2021
Neutralidade da Parcela A	(61.477,20)	(705.394,04)
Ciclo Tarifário em Diferimento	0,00	(4.656,12)
Neutralidade TFSEE	0,00	(30,55)
Neutralidade CDE	0,00	(10.356,61)
Neutralidade CDE / Conta Covid	0,00	9.741,76
Neutralidade PROINFA	0,00	(2.312,95)
Neutralidade ESS/EER	0,00	(1.697,77)
Neutralidade ELETROBRAS	0,00	0,00
Neutralidade EH – PARCELA B	0,00	0,00
Neutralidade EH – ESS/EER	0,00	0,00
Ciclo Tarifário em Amortização	(61.477,20)	(700.737,92)
Neutralidade TFSEE	(358,56)	(5.479,28)
Neutralidade CDE	(59.523,28)	(891.686,80)
Neutralidade PROINFA	(11.350,88)	(129.095,60)
Neutralidade CONTA COVID	(11.237,28)	325.523,76
Neutralidade ESS/EER	(9.122,00)	0,00
Neutralidade Empréstimo CONTA COVID	30.114,80	0,00
Sobrecontratação de Energia	(21.266,27)	0,00
Ciclo Tarifário em Diferimento	(8.578,03)	0,00
Passivo Financeiro MCP	(8.578,03)	0,00
Ciclo Tarifário em Amortização	(12.688,24)	0,00
Passivo Financeiro MCP	(12.688,24)	0,00
Devoluções Tarifárias	(33.277,84)	(2.345.338,00)
Ciclo Tarifário em Amortização	(33.277,84)	(2.345.338,00)

Diferimento Parcela B	(33.277,84)	0,00
Bandeiras Tarifárias	0,00	(2.345.338,00)
Outros	(4.191.116,52)	0,00
Ciclo Tarifário em Diferimento	(1.236.324,84)	0,00
Repasse de PIS COFINS	127.265,10	0,00
Financeiro Energia	(435.497,12)	0,00
Financeiro ESS/EER	38.964,03	0,00
Risco Hidrológico	(909.843,91)	0,00
Garantias Financeiras	54.243,93	0,00
Multa Por Quebra de Contrato	(1.385,10)	0,00
Spread Conta Escassez Hídrica	(110.071,77)	0,00
Ciclo Tarifário em Amortização	(2.954.791,68)	0,00
Repasse de PIS COFINS	401.487,20	0,00
Financeiro ESS/EER	502.796,16	0,00
Financeiro Energia	(309.039,60)	0,00
Risco Hidrológico	(1.812.830,80)	0,00
Multa Por Quebra de Contrato	(2.447,84)	0,00
Garantias Financeiras	41.748,24	0,00
CDE Eletrobras	(1.624.497,04)	0,00
Spread CONTA COVID	(152.008,00)	0,00
Total	(4.307.137,83)	(3.050.732,04)

23. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes às “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2022	31/12/2021
Contas Pagas em Duplicidade	435,87	457,78
Recebimentos a Identificar	5.213,68	9.145,29
Adiantamentos de Consumidores	0,00	42.750,00
Capital Social a Restituir	23.381,50	21.581,50
Micro e Mini Geração	656.863,82	517.773,63
Bônus Itaipu	1,58	1,58
Compensação Laudo Aferição	31,96	0,00
Bônus Redução Voluntária do Consumo	53,50	0,00
Convênio APAE	1.486,00	1.657,00
Convênio R.F.C.C.	3.452,50	3.449,00
Convênio HOSPITAL STA. Teresinha de BN	23.100,00	21.000,00
Convênio Jornal Folha do Vale	498,75	458,85
Convênio Jornal Cidade Notícias	4.826,00	4.104,00
Convênio Jornal Destaque	926,25	1.125,75

Convênio Arrecadação COSIP São Ludgero	55.457,92	55.855,71
Convênio Arrecadação COSIP Braço do Norte	4.202,53	6.180,22
Convênio Arrecadação COSIP Tubarão	578,39	608,97
Convênio Hospital Santa Otilia	2.938,00	2.475,00
Convênio Arrec. COSIP Orleans	10.963,02	13.632,92
Convênio Arrec. COSIP Pedras Grandes	419,00	442,53
Compensação Financeira Prazos De Atendimento Comercial	0,00	6,00
Pro-Emprego (Fundo Educação Superior)	459,54	447,36
Pro-Emprego (Fundo Social)	574,42	559,20
Cartão de Crédito - UNICRED	52,80	0,00
Total	795.917,03	703.712,29

24. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos referentes as “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição das Contas	31/12/2022	31/12/2021
Participação Financeira do Consumidor	332.496,97	206.688,31
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço C	462.831,42	392.831,42
Participação Financeira do Consumidor - Amortização	(18.400,97)	(9.007,29)
Doações E Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço C – Amortização	(19.279,82)	(11.394,84)
Participação Financeira do Consumidor	1.996,39	594,20
Valores Pendentes de Recebimento	93.246,99	49.545,08
Valores não Aplicados	1.111,66	86,06
Total	854.002,64	629.342,94

25. PASSIVOS CONTINGENTES

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Conforme relatório do setor Jurídico, em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa não possuía nenhuma ação com prognósticos de prováveis perdas e havendo 4 processos como possível perda, totalizando o montante de R\$ 13.690,36, conforme detalhamento abaixo:

Tipo da ação	Prognóstico 2022		Prognóstico 2021	
	Provável	Possível	Provável	Possível
	Valor em Reais	Valor em Reais	Valor em Reais	Valor em Reais
Ação de Indenização 0301913- 41.2018.8.24.0010	0,00	3.322,00	0,00	0,00
Ação de Indenização 5002462- 68.2020.8.24.0010	0,00	3.168,22	0,00	0,00
Ação de Indenização 5006795- 92.2022.8.24.0010	0,00	3.116,14	0,00	0,00
Ação de Indenização 5007130- 14.2022.8.24.0010	0,00	4.084,00	0,00	0,00
Total	0,00	13.690,36	0,00	0,00

26. CAPITAL SOCIAL

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital subscrito	247.095,00	237.195,00
(-) Capital a integralizar	(3.375,00)	(2.745,00)
Total	243.720,00	234.450,00

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.491 (Cinco mil quatrocentos e noventa e um associados em 31 de dezembro de 2022).

27. RESERVAS DE CAPITAL

As Reservas de Capital estão formadas pelas Reservas Legal, Fates e Reserva para Expansão e Melhoria, conforme descrição abaixo:

a) Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria

Está previsto no art. 48 do estatuto social, constituído com no mínimo 70% das sobras líquidas. Criado para aplicação nos setores operacionais existentes ou a criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou inversões.

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é indivisível entre os associados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO, e destina-se para a cobertura de perdas com associados ou terceiros.

c) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

Este Fundo também é indivisível entre os associados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros, mais 5% das sobras líquidas de cada exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos associados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa.

No exercício de 2022, após as destinações estatutárias conforme determinação legal acima, demonstramos os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Reserva	5.768.980,07	5.342.781,84
FATES	387.827,84	717.626,27
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	42.264.334,48	38.736.238,81
Total	48.421.142,39	44.796.646,92

28. SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO.

As sobras líquidas que estão à disposição da AGO para o exercício de 2022 está no valor de R\$ 639.297,35, e para 2021 foi de R\$ 544.708,04. Demonstramos a composição das sobras e as destinações legais e estatutárias.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL	4.365.913,21	2.966.657,94
Tributos e Contribuições S/Resultado	(646.828,43)	(256.415,35)
(-) Provisão Contribuição Social	(179.486,32)	(74.888,37)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(467.342,11)	(181.526,98)
Resultado Líquido	3.719.084,78	2.710.242,59
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Resultados Abrangentes	542.897,55	921.144,35
(+) Reversão FATES	542.897,55	921.144,35
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Base para Destinações	4.261.982,33	3.631.386,94
Resultado Com Cooperados	4.261.982,33	3.631.386,94
Destinações Estatutárias	(3.622.684,98)	(3.086.678,90)
(-) Reserva Legal	(426.198,23)	(363.138,69)
(-) FATES	(213.099,12)	(181.569,35)
(-) Manutenção e Ampliação	(2.983.387,63)	(2.541.970,86)
Sobras Líquidas do Período	639.297,35	544.708,04

Resultado das operações com associados a ser submetido a assembleia geral para aplicação ou destinação.

29. RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes as "Receitas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	9.507.625,11	9.208.559,33
Industrial	75.071.813,04	80.285.631,14
Comercial, Serviços e Outras Atividades	4.676.213,01	4.472.463,09
Rural	5.654.962,97	5.604.824,36
Poder Público	400.877,41	370.088,21
Iluminação Pública	435.397,93	450.043,23
Serviço Público	267.280,75	245.420,83
Fornecimento não Faturado	33.191,04	(290.896,96)
Encargos de Conexão de Agentes de Geração	6.429,80	5.041,87
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos Financeiros	(6.674.331,25)	1.993.472,94
Serviço Taxado	49.853,51	37.236,25
Doações, Contribuições e Subvenções	4.246.389,08	2.048.595,68
Total Fornecimento Energia	93.675.702,40	104.430.479,97

Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	592.204,52	333.929,02
Serviço de Manutenção de Iluminação Pública	134.291,64	118.239,72
Serviço de Engenharia	14.108,80	0,00
Arrecadação de Convênios	10.877,98	12.513,60
Ganhos na Alienação de Materiais	110.235,82	98.912,15
Receita de Construção	2.493.648,95	2.392.113,83
Outras Receitas	6.067,63	33.436,77
Total das Receitas Operacionais	3.361.435,34	2.989.145,09
Total Geral	97.037.137,74	107.419.625,06

30. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Conta	Imposto	31/12/2022	31/12/2021
Tributos Sobre a Receita		(35.870.315,15)	(45.150.936,25)
	ICMS	(17.986.445,76)	(24.410.835,38)
	ISS	(33.001,43)	(4.205,94)
	Encargos Consumidor	(17.850.867,96)	(20.735.894,93)
Totais Deduções da Receita		(35.870.315,15)	(45.150.936,25)

31. CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
CUSTOS	(45.223.802,18)	(47.546.269,96)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(35.011.437,64)	(47.546.269,96)
(-) Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(10.212.364,54)	(0,00)
DESPESAS	(13.829.514,13)	(13.089.805,76)
(+) Recuperação de Despesas	109.781,33	86.524,68
(-) Pessoal e Administrativo	(5.572.364,74)	(4.957.010,57)
(-) Material	(615.857,43)	(612.777,68)
(-) Serviços de Terceiros	(1.793.507,48)	(1.566.436,50)
(-) Depreciações	(1.574.264,02)	(1.354.794,77)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(486.449,88)	(433.965,48)
(-) Seguros	(75.569,67)	(23.705,64)
(-) Despesas Tributárias	(57.687,87)	(14.971,20)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(455.030,00)	(845.210,00)

(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	61.789,59	(1.598,49)
(-) Outras Despesas de Construção	(2.493.648,95)	(2.392.113,83)
(-) Outras Despesas Operacionais	(876.705,01)	(973.746,28)

32. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Grupo	Contas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		2.728.522,57	1.494.678,57
	Rendas Aplicação Financeira	1.861.253,00	587.624,24
	Acrésc. Moratório Energia	330.587,41	384.156,85
	Ativo Financeiro Setorial	395.529,46	160.312,23
	Juros sobre capital próprio	3.578,11	580,32
	Outras Receitas Financeiras	95.358,79	325.129,46
	Lucros ou Dividendos Recebidos	42.215,80	36.875,47
Despesas Financeiras		(476.115,64)	(160.633,72)
	Juros e Multas	(2.554,07)	(697,94)
	Passivo Financeiro Setorial	(455.271,45)	(113.031,17)
	Outras Desp. Financeiras	(18.290,12)	(46.904,61)
Resultado Financeiro		2.252.406,93	1.334.044,85

33. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

Grupo	31/12/2022	31/12/2021
TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	1.994.292,51	832.093,04
IRPJ 15%	299.143,88	124.813,96
IRPJ ADICIONAL 10%	168.198,22	56.713,02
(-) Deduções Fundos Dos Direitos da Criança e do Adolescente	(1.840,23)	(1.248,14)
(-) Deduções Fundos Nacional, Estadual ou Municipal do Idoso	(1.840,23)	(1.248,14)
(-) Deduções Valor da Remuneração da Prorrogação Licença Maternidade e da Licença Paternidade	(3.550,56)	(0,00)
IRPJ TOTAL PROVISIONADO	467.342,11	181.526,98
CSLL TOTAL PROVISIONADO	179.486,32	74.888,37
TOTAL DE IRPJ E CSLL	646.828,43	256.415,35

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações Gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de Risco de Crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda Estrangeira

A CEGERO não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2022.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de a cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 2,09 e 2,10 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

35. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CEGERO iniciou a adequação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709/2018, em agosto de 2021, conforme deliberação em reunião do conselho de administração. Atualmente, o processo encontra-se na etapa de execução de melhorias em

conjunto com a Resolução Normativa da ANEEL nº 964/2021, que por sua vez, dispõe sobre a política de segurança cibernética a ser adotada pelos agentes do setor de energia elétrica.

Ao todo, 12 documentos estão sendo desenvolvidos, entre procedimentos, manuais e políticas, de forma a atender aos requisitos legais e manter os sistemas, informações e dados pessoais seguros.

36. PROGRAMA DE INCENTIVO À REDUÇÃO VOLUNTÁRIA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA – BÔNUS

A Resolução nº 2 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, de 31 de agosto de 2021, instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da situação de escassez hídrica.

A normativa estabeleceu que o programa deveria ser implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo e, que os custos seriam recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, conforme disposto no § 10 do art. 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

Fizeram jus ao benefício os consumidores elegíveis (RES CREG Nº 2/2021) que reduziram em pelo menos 10% o seu consumo de setembro a dezembro de 2021, quando comparado ao consumo de setembro a dezembro de 2020.

De modo a uniformizar a contabilização no ambiente regulatório, a SFF, através do OFÍCIO CIRCULAR Nº 38/2022–SFF/ANEEL, indicou as contas para registro do Programa:

Contabilização do Bônus

D 6101.3.01 Fornecimento – Faturado

C 2119.1 Consumidores

D 1119.1.09.04 Outros ativos circulantes - Reembolsos do Fundo da CDE – Outros

C 6101.3.21.02 Doações, Contribuições e Subvenções

Pagamento ao consumidor

D 2119.1 Consumidores

C 1102.1.01 Fornecimento Faturado

Pagamento da Subvenção pela CCEE

D 1101 Caixa

C 1119.1.09.04 Outros ativos circulantes - Reembolsos do Fundo da CDE – Outros

O valor total creditado como bônus aos consumidores da Cegero foi de R\$ 1.161.811,50. Ao todo foram beneficiadas 1.779 unidades consumidores.

Todo esse valor foi creditado pela Cegero nas faturas emitidas ao longo do mês de janeiro de 2022 e assim, informados à ANEEL até 04 de fevereiro de 2022, em resposta ao Ofício-Circular n. 01/2022-SGT/ANEEL, conforme quadro abaixo:

clique aqui para ir para o preenchimento abaixo

Competência	Natureza*	Subgrupo/Classe	TODAS AS UCs ELEGÍVEIS, NÃO APENAS AS QUE RECEBERAM BÔNUS		APENAS AS UCs QUE RECEBERAM BÔNUS		
			Consumo Referência do período (4 ciclos)	Consumo reduzido (4 ciclos)	Número de unidades que receberam bônus	Consumo reduzido com direito a bonus	Crédito
do faturamento (fatura em que o crédito foi pago)	Regular/Refaturamen		(Kwh)	(Kwh)		base de cálculo dos créditos (kW)	(R\$)
01/01/2022	Regular	B1 RESIDENCIAL	4.612.026,00	488.716,00	1315	288.243,00	R\$ 144.121,50
01/01/2022	Regular	B1 RESIDENCIAL BAIXA RENDA	193.116,00	15.829,00	55,00	10.076,00	R\$ 5.038,00
01/01/2022	Regular	B2	2.812.543,00	317.023,00	227,00	203.878,00	R\$ 101.939,00
01/01/2022	Regular	B3 - COMERCIAL, SERVIÇOS E OUTROS	1.754.058,00	119.685,00	127,00	79.457,00	R\$ 39.728,50
01/01/2022	Regular	B3 - INDUSTRIAL	852.706,00	170.002,00	26,00	109.492,00	R\$ 54.746,00
01/01/2022	Regular	B3 - SERVIÇO PÚBLICO	196.450,00	75.456,00	10,00	22.373,00	R\$ 11.186,50
01/01/2022	Regular	A4 - todas as classes	45.303.995,00	3.495.830,00	19,00	1.610.104,00	R\$ 805.052,00
Total			55.724.894,00	4.682.541,00	1.779,00	2.323.623,00	1.161.811,50

A ANEEL repassou por Ofício à CCEE esses valores para que fossem considerados na próxima contabilização do ESS.

O reembolso¹ do valor do bônus de R\$ 1.161.811,50 à Cegero foi efetuado mediante desconto na liquidação financeira de 01/2022, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - SUM001						
Agente: CEGERO			Ajustes (R\$)	Rateio Desl. Sem Sucessão (R\$)	Atualização Monetária de Penalidade R\$	Total (R\$)
CNPJ do Agente: 86444163000189						
Evento: 2022_01 - CONTABILIZAÇÃO						
Agente: CEGERO	Nome do Ajuste	Mês/Ano do Ajuste				
CNPJ do Agente: 86444163000189 Evento: 2022_01 - CONTABILIZAÇÃO	Cobrança Red Voluntária Consumo - DSP 397/22 Jan22 ²	2022/01	-766.264,06	0,00		-766.264,06
	Custo Red Voluntária Consumo - DSP 397/22 Jan22 ¹	2022/01	1.161.811,50	0,00		1.161.811,50

Já o rateio² dos custos do Programa de Redução entre os agentes da CCEE foi realizado conforme o encargo por Segurança Energética, com base no consumo mensal do mês de referência da contabilização em que o valor foi arrecadado.

O valor principal deste processo foi creditado pelas distribuidoras nas faturas emitidas em janeiro de 2022, assim como fez a Cegero que creditou todo o valor do bônus aos seus consumidores nesse mês. Contudo, diante da dinâmica de faturamento, algumas distribuidoras apresentaram valores complementares nas competências futuras, e assim, ainda foram realizadas contabilizações desses valores nos meses de fevereiro e março de 2022, resultando no rateio dos seguintes custos do programa para a Cegero:

			Ajustes (R\$)	Rateio Desl. Sem Sucessão (R\$)	Atualização Monetária de Penalidade R\$	Total (R\$)
Perfil de Agente CEGERO	Nome do Ajuste Cobrança Red Voluntária Consumo - DSP 397/22 Fev22	Mês/Ano do Ajuste 2022/02	- 61.250,71	0,00		- 61.250,71
	Cobrança Red Voluntária Consumo - DSP 397/22 Mar22	2022/03	-6.579,07	0,00		-6.579,07

Em resumo, ao todo a Cegero concedeu o valor de R\$ 1.161.811,50 de bônus aos seus consumidores e teve que arcar com parte dos custos do programa no valor de R\$ 834.093,84.

37. EMPRÉSTIMO DA CONTA ESCASSEZ HÍDRICA

A Conta Escassez Hídrica foi criada para auxiliar o setor elétrico diante dos custos decorrentes do cenário de baixa hidrologia e de aumento da geração termelétrica registrados ao longo de 2021. Estruturada por atuação conjunta entre o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério da Economia (ME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a operação foi contratada e será administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A iniciativa permitiu a postergação e parcelamento dos impactos tarifários decorrentes do período de crise hidrológica, não impactando imediatamente as contas de energia. Dessa forma, os eventuais aumentos na tarifa, necessários diante da situação, foram diluídos em 54 meses – prazo de liquidação do empréstimo.

A RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.008, DE 15 DE MARÇO DE 2022 estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

O Art. 2º da REN 1.008/2022 determinou que fossem cobertos os custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens:

I – estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022;

II – custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG;

III – custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021;

IV – diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;

V – receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL.

Dentre esses custos, a mesma Resolução estabeleceu os limites do empréstimo para a Cegero em relação aos itens abaixo:

IMPORTAÇÃO JUL-AGO/21	BÔNUS - RED. VOLUNT	DIFERIMENTOS	TETO - PRIMEIRO REPASSE
-	823.958,04	2.115.448,30	2.939.406,34

Esse valor de R\$ 2.939.406,34 foi integralmente solicitado pela Cegero e o crédito foi efetuado pela CCEE na conta corrente da CEGERO junto ao Banco do Brasil, Agência 3422-3, conta 2761-8, em 09 de maio de 2022.

Posteriormente esse valor foi revertido como componente financeiro negativo no processo tarifário de 2022 devidamente atualizado pela Selic no total de R\$ -3.090.881,23 e contribuiu para uma redução na tarifa de -4,53%.

É competência regulatória da ANEEL em relação à matéria, além de anuir aos contratos de crédito firmados pela CCEE e homologar os valores mensais de repasse da Conta Escassez Hídrica às distribuidoras, a definição do encargo tarifário de CDE a ser cobrado a partir de 2023, observando os repasses efetuados e as condições contratuais.

Conforme regulamentação, o valor do encargo para a amortização da Conta Escassez Hídrica irá considerar os custos financeiros e administrativos das operações de crédito contratadas, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição de reserva de liquidez correspondente a 10% do custo total das operações, conforme abaixo:

Aspectos contratuais

Item contratual	Parâmetro
Remuneração	CDI + 2,8%
Carência	Até 15/06/2023
Reserva de Liquidez	10% do saldo devedor
Pagamento	54 parcelas

O valor do encargo CDE Conta Escassez Hídrica será incluído a partir dos processos tarifários de 2023 e permanecerá nas tarifas por 48 meses (2023 a 2027). Cabe salientar que a ANEEL revisitará anualmente os parâmetros para a definição do Encargo e eventual saldo residual será devolvido aos consumidores no final do período.

O valor do encargo CDE Conta Escassez Hídrica deverá ser recolhido mensalmente à CCEE, diretamente na CONTA Escassez Hídrica, a partir do processo tarifário ordinário de 2023, com pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Por fim, o encargo CDE Conta Escassez Hídrica a ser considerado nos processos tarifários de 2023 está presente no Anexo I do DESPACHO Nº 510, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023, conforme abaixo:

ENCARGO CDE CONTA COVID		
Distribuidora	Cobertura Tarifária Anual	Encargo Mensal
CEGERO	1.661.538,01	138.461,50

38. CDE ELETROBRÁS

De acordo com a Lei 14.182/2021, que tratou da privatização da Eletrobras, a Eletrobras deveria aportar na CDE 50% do valor adicionado às suas concessões pelo fim do regime de cotas. O fluxo histórico projetado para os aportes soma R\$ 71 bilhões, mas os recursos ainda serão corrigidos pelo IPCA, e serão voltados ao mercado cativo, a fim de minimizar os impactos da desotização gradual prevista na lei.

Nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182, de 2021, da Resolução CNPE nº 15, de 2021 e do que consta do Processo nº 48500.004856/2021-82, a ANEEL fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. O valor recebido pela CEGERO foi de R\$ 2.436.745,54, em 27 de julho de 2022, na conta corrente da CEGERO junto ao Banco do Brasil, Agência 3422-3, conta 2761-8.

De acordo com o OFÍCIO Nº 294/2022– SFF/ANEEL, em resposta à consulta realizada pela coirmã Cerbranorte através do ofício Cerbranorte nº 012/2022-R, na data de 29 de julho de 2022, SIC nº 48513.020369/2022-00, na qual a Cooperativa solicitou esclarecimento acerca da contabilização dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, e fixados por meio do Despacho nº 1.959, de 21 de julho de 2022, com relação ao referido aporte e conforme recomendado pela SFF, foram efetuados os seguintes lançamentos:

No reconhecimento da CDE Eletrobrás

D.: 1119.1.09.01 - Reembolso do Fundo da CDE - Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada;

C.: 6101.3.21.02 - Doações, Contribuições e Subvenções

D.: 6101.3.08.01 – Fornecimento – Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais – Constituição;

C.: 2111.2.99 – Demais Passivos Financeiros Setoriais – Outros.

No recebimento do recurso da CDE Eletrobrás

D.: 1101 – Caixa;

C.: 1119.1.09.01 – Reembolso do Fundo da CDE – Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada.

Esse valor de R\$ 2.436.745,54 recebido pela Cegero foi revertido no processo tarifário de 2022 como CDE Modicidade Eletrobrás e reduziu as tarifas em -3,57%.



Francisco Niehues Neto
Presidente
CPF: 437.499.179-49



Janio Dinarte Koch
Secretário
CPF: 298.312.029-53



Adilson Soethe
Contador CRC/SC-031320/O-2
CPF: 053.893.989-39

Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal

AUDICONSULT AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO
São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 08 de março de 2023.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

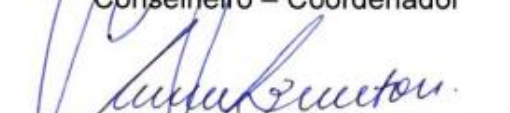
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da CEGERO, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e tomando como base o Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da CEGERO.

São Ludgero, 08 de março de 2023.



Rogério Pereira
Conselheiro – Coordenador




Mery Becker Alberton
Conselheira – Secretária



Henrique Buss
Conselheiro – Membro Efetivo



José Rodolfo Baggio
Conselheiro – Membro Suplente



Rodrigo Philippi
Conselheiro – Membro Suplente



Joel Schlickmann
Conselheiro – Membro Suplente

Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramento dos Controles Internos

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

I - RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução 933/2021 da ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

II - COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta à emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2022, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Cooperativa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Recebimentos/Pagamentos:

A Cooperativa possui normas internas direcionadas ao recebimento e pagamentos, sendo que todas as operações são realizadas através de rede bancária e afins.

Conciliações Contábeis:

Para realização dos trabalhos, foram apresentadas conciliações contábeis detalhadas em planilhas, juntamente com os documentos físicos que deram suporte aos registros na contabilidade.

Todas as rubricas contábeis constam conciliação e apresentam saldo adequado.

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Destacamos que a prática de se efetuar composição/conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

Estoques:

A composição do Almoxarifado em 31/12/2022 apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	2022
Almoxarifado Operacional	55.398,31
Estoque De Sucatas	3.530,65
Ferramentas / EPI'S	29.163,94
Total	88.092,90

A cooperativa mantém controle físico de materiais mantidos em estoque. Identificamos que é prática da cooperativa a formalização dos procedimentos aplicados na execução do inventário físico.

A contagem do estoque foi realizada com base no Relatório de Materiais – Físico/Financeiro posição em 30 de setembro de 2022.

Efetuamos o acompanhamento da contagem física, por amostragem, de alguns dos produtos existentes no almoxarifado da cooperativa onde foram identificadas algumas diferenças, consideradas de pouca relevância, devido à quantidade de materiais que circulam dentro do almoxarifado.

Recomendamos que seja revisto os procedimentos de entrada e saída, para que todos os movimentos sejam baixados tempestivamente.

Ambiente de Controle Interno:

Na nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação à observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Departamento de informática
- Departamento de contabilidade
- Departamento Técnico
- Auditoria independente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo OCESC e SESCOOP-SC, em parceria com a FECOERUSC.

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante revisões mensais de aspectos contábeis, controles internos, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Conciliação geral de contas
- Contagem física de bens e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises comparativas
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Software:

A cooperativa utiliza *software* de gestão desenvolvido pela empresa Useal Sistemas. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas da administração.

Documentação Legal

Atas de Assembléias Gerais

As assembléias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento.

As deliberações observam regularmente o que determina a Lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa.

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de março de 2022 encontra-se registrada na JUCESC em 04 de abril de 2022, sob o número 20225904403.

Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração vem reunindo-se conforme a regularidade prevista no artigo 34 do Estatuto Social e deliberando assuntos de sua competência, atendendo as determinações da assembleia, realizando o planejamento, traçando normas para as operações e serviços da cooperativa, controlando seus e administrando seus resultados.

Em leitura das atas, observamos que na ata do mês de julho de 22 foi aprovado o projeto de Mini geração distribuída, cujo investimento deverá ser custeado pela unidade consumidora e as especificações constarão em nota técnica referente à norma de geração distribuída Cegero.

Na reunião realizada em 13 de junho de 2022 o Conselho de Administração aprovou o Código de Ética da Cegero, bem como foi constituído comitê de Ética composto por cinco funcionários.

Em 16 de maio de 2022 o Conselho de Administração aprovou a adesão por parte de Cegero às disposições do Decreto nº 10.939/2022 da Aneel, que permite a obtenção de recursos da conta escassez de energia hídrica, sendo aprovado o requerimento para a obtenção de empréstimo no valor de R\$ 2.939.406,34. (Dois milhões novecentos e trinta e nove mil quatrocentos e seis reais e trinta e quatro centavos).

Conselho Fiscal

A renovação e composição do Conselho Fiscal estão de acordo com o artigo 56 da Lei 5764/71, o Conselho vem reunindo-se conforme a regularidade prevista no artigo 40 do Estatuto Social e deliberando assuntos de sua competência, registrando em ata as deliberações de decisões tomadas.

Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de julho de 2017, registrada na JUCESC em 11 de janeiro de 2018, sob número 20170852431.

Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece ao disposto no art. 44 da Lei 5.764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório da gestão.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Provisão para Devedores Duvidosos:

O registro contábil da provisão é suportado pelo Sistema USEAL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2022, atende o que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

Consumidores	Saldos	Vencidos		Saldo	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	870.992,04	159.161,84	6.405,72	1.036.559,60	1.174.458,38
Industrial	6.867.923,58	225.213,84	53.671,15	7.146.808,57	7.905.358,10
Comercial	421.471,18	45.910,40	14.150,16	481.531,74	624.877,74
Rural	540.560,71	109.742,88	474,48	650.778,07	831.278,34
Poder Público	38.226,86	227,88	0,00	38.454,74	43.652,03
Iluminação Pública	36.696,80	0,00	232,08	36.928,88	50.166,61
Serviço Público	22.936,06	0,00	0,00	22.936,06	30.237,09
Juros e Multas	15.211,46	14.136,92	2.758,10	32.106,48	55.984,44
Total	8.814.018,69	554.393,76	77.691,69	9.446.104,14	10.716.012,73

Inadimplência:

De acordo com os relatórios em 31/12/2022, a cooperativa possuía um total de operações vencidas de R\$ 632 mil. Este montante representa 6,69% do total das operações de fornecimento de energia e serviços dos valores correntes.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

III - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgadas necessárias na oportunidade tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

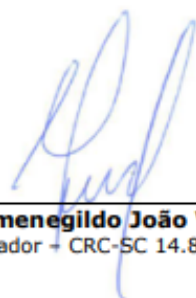
Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O -7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31/12/2022 E 31/12/2021 (Valores expressos em milhares de reais) **BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo Circulante		29.907	31.269
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.047	15.277
Consumidores	4.	9.904	11.312
Concessionárias e Permissionárias	4.	1	1
Serviços em Curso		39	26
Tributos Compensáveis		0	35
Almoxarifado Operacional		88	53
Ativos Financeiros Setoriais	6.	345	3.783
Despesas Pagas Antecipadamente		67	57
Outros Ativos Circulantes		416	725
Ativo Não Circulante		34.570	32.304
Tributos Compensáveis		0	36
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		91	52
Imobilizado		34.470	32.202
Intangível		9	14
Total do Ativo		64.477	63.573

Descrição	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo Circulante		14.319	17.368
Fornecedores		5.159	5.258
Obrigações Sociais e Trabalhistas		900	754
Tributos		1.419	2.573
Encargos Setoriais		1.738	3.011
Passivos Financeiros Setoriais	6.	4.307	5.068
Outros Passivos Circulantes		796	704
Passivo Não Circulante		854	629
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	10.	854	629
Total do Passivo		15.173	17.997
Patrimônio Líquido			
Capital Social		244	234
Reservas de Sobras		48.421	44.797
Sobras à Disposição da Assembleia		639	545
Total do Patrimônio Líquido	11.	49.304	45.576
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		64.477	63.573

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31/12/2022 E 31/12/2021
 (Valores expressos em milhares de reais)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Operações em Continuidade		
Receita / Ingresso	94.544	105.028
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	52.539	60.931
(+) Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	43.515	39.420
(+/-) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(6.674)	1.994
(+) Serviços Cobráveis	50	37
(+) Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	4.246	2.049
(+) Outras Receitas	868	597
Tributos	(18.020)	(24.415)
(-) ICMS	(17.987)	(24.411)
(-) ISS	(33)	(4)
Encargos - Parcela "A"	(17.851)	(20.736)
(-) Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(12.705)	(9.176)
(-) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(54)	(52)
(-) Outros Encargos	(5.092)	(11.508)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	58.673	59.877
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(45.224)	(47.546)
(-) Energia Elétrica Comprada para Revenda	(35.012)	(47.546)
(-) Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(10.212)	(0)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	13.449	12.331
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(11.336)	(10.698)
(-) Pessoal e Administradores	(5.572)	(4.957)
(-) Material	(616)	(613)
(-) Serviços de Terceiros	(1.794)	(1.566)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(486)	(434)
(-) Seguros	(76)	(24)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(455)	(845)
(-) Provisões	62	(2)
(-) Perdas na Alienação de Bens e Direitos	(21)	(0)
(+) Recuperação de Despesas	110	87
(-) Tributos	(58)	(15)
(-) Depreciação e Amortização	(1.574)	(1.355)
(-) Gastos Diversos	(584)	(492)
(-) Outras Despesas Operacionais	(272)	(482)
Resultado da Atividade	2.113	1.633
Resultado Financeiro	2.252	1.334
(+) Receitas Financeiras	2.728	1.495
(-) Despesas Financeiras	(476)	(161)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	4.365	2.967
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(646)	(256)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	3.719	2.711
Resultado Líquido do Exercício	3.719	2.711

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31/12/2022 E 31/12/2021
(Valores expressos em milhares de reais)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.719	2.711
Outros Resultados Abrangentes	543	921
Reversão FATES	543	921
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	4.262	3.632

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS DO EXERCÍCIO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2020	222	629	4.980	36.194	829	42.854
MUTAÇÕES EM 2021	12	89	363	2.542	(284)	2.722
Integralização de Capital	14	0	0	0	0	14
Incorporação das Sobras	0	829	0	0	(829)	0
Devolução de Capital	(2)	0	0	0	0	(2)
Reversão das Reservas	0	(921)	0	0	921	0
Resultado do Exercício	0	0	0	0	2.710	2.710
Destinações	0	182	363	2.542	(3.087)	0
SALDO EM 31/12/2021	234	718	5.343	38.736	545	45.576
MUTAÇÕES EM 2022	9	(330)	426	3.528	95	3.728
Integralização de Capital	11	0	0	0	0	11
Incorporação das Sobras	0	0	0	545	(545)	0
Devolução de Capital	(2)	0	0	0	0	(2)
Reversão das Reservas	0	(543)	0	0	543	0
Resultado do Exercício	0	0	0	0	3.719	3.719
Destinações	0	213	426	2.983	(3.623)	0
SALDO EM 31/12/2022	244	388	5.769	42.264	639	49.304

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS DO EXERCÍCIO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
1 - Sobras Líquidas	4.366	2.967
Sobras Líquidas	4.366	2.967
2 - Ajuste Por	3.050	(1.541)
Depreciação e Amortização	932	38
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	1.407	(1.916)
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(0)	(0)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	71	55
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(13)	15
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(35)	(4)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	3.438	(1.881)
(Aumento) ou Diminuição de Desp. pagas antecipadamente	(10)	(56)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos	309	(202)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	(98)	99
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	145	92
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	(1.154)	561
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	(1.273)	1.510
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(761)	(160)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	92	308
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	7.416	1.426
4 - Caixa Provenientes das Operações	(646)	(256)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(646)	(256)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.	6.770	1.170
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(3.009)	(5.079)
Ativo Imobilizado / Intangível	(3.195)	(5.307)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	224	237
Participação em Cooperativas de Crédito	(38)	(9)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	9	12
Integralização de Capital	11	14
Devolução de Capital	(2)	(2)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	3.770	(3.897)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	3.770	(3.897)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	15.277	19.174
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	19.047	15.277

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas sobre às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Valores expressos em milhares de reais (Exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto

é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus

consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste

tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o

uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, no presente relatório exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a

Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Concessão.

Em 23 de outubro de 2018, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, firmou o Contrato de Permissão para Distribuição nº 008/2018-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

3.2 Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3 Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos

e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- c) O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização e;
- d) Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.4 Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.5 Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória estabelecida pela ANEEL ainda não foi determinada.

3.7 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.8 Base de Consolidação - Não Aplicável: Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas entendendo também não estar sujeita a consolidação de suas demonstrações por se tratar de uma sociedade de pessoas e não de capital, regida por lei própria que a distingue das demais sociedades.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2022	Total 2021		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos				
Fornecimento de Energia	9.064	69	562	1	1	77	-	79	57	117	35	69	-	69	9.904	11.312
Residencial	877	-	163	1	1	6	-	7	0	-	0	-	-	-	1.041	1.187
Industrial	6.871	-	231	-	-	56	-	56	57	117	35	69	-	69	7.311	8.308
Comercial	423	-	47	-	0	15	-	15	-	-	0	-	-	-	471	615
Rural	543	-	113	-	-	0	-	0	-	-	-	-	-	-	656	840
Poderes Públicos	38	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	44
Iluminação Pública	37	-	-	-	-	0	-	0	-	-	-	-	-	-	37	50
Serviço Público	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	30
Fornecimento Não Faturado	202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202	169
Serviço Taxado	7	-	4	0	0	0	-	0	-	-	-	-	-	-	11	8
Participação Financeira	40	69	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110	50
Outros Créditos de Consumidores	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Total	9.064	69	562	1	1	77	-	79	57	117	35	69	-	69	9.905	11.312

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos:
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	39.085	3.521	(1.145)	41.461	2.376	(11.049)	30.411	28.889
Terrenos	716	-	-	716	-	-	716	716
Edificações, obras civis e benfeitorias	260	-	-	260	-	(102)	158	167
Máquinas e equipamentos	36.636	3.374	(1.106)	38.904	2.268	(9.733)	29.171	27.718
Veículos	1.278	114	(38)	1.354	76	(1.125)	228	169
Móveis e utensílios	194	33	-	227	33	(89)	138	119
Administração	1.892	20	(30)	1.883	(9)	(1.069)	815	897
Máquinas e equipamentos	1.029	17	(30)	1.017	(12)	(584)	433	463
Veículos	237	-	-	237	-	(237)	-	16
Móveis e utensílios	626	3	-	629	3	(248)	382	418
Subtotal	40.978	3.541	(1.175)	43.344	2.366	(12.118)	31.226	29.787

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	2.416	9.885	(9.057)	3.244	828	-	3.244	2.416
Máquinas e equipamentos	909	3.803	(3.768)	944	35	-	944	909
Outros	1.507	6.082	(5.289)	2.300	793	-	2.300	1.507
Administração	-	17	(17)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	17	(17)	-	-	-	-	-
Subtotal	2.416	9.902	(9.074)	3.244	828	-	3.244	2.416
Total do Ativo Imobilizado	43.394	13.443	(10.249)	46.588	3.194	(12.118)	34.470	32.202

5.2. Composição dos saldos do ativo imobilizado

	2022			2021	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	4,33%	41.461	(11.049)	30.412	28.889
Custo histórico	4,33%	41.461	(11.049)	30.412	28.889
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Administração	8,62%	1.883	(1.069)	814	897
Custo histórico	8,62%	1.883	(1.069)	814	897
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
		43.344	(12.118)	31.226	29.787
Em curso					
Distribuição	-	3.244	-	3.244	2.416
	-	3.244	-	3.244	2.416
		46.588	(12.118)	34.470	32.202

5.3. A composição do intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço					
Administração	47	47	(38)	9	14
Softwares	44	44	(37)	7	12
Outros	3	3	(1)	2	2
Subtotal	47	47	(38)	9	14
Total do Ativo Intangível	47	47	(38)	9	14

5.4 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	36.636	3.374	(1.106)	38.904	2.267
Transformador de Distribuição	3.117	306	(178)	3.245	128
Medidor	1.196	183	(69)	1.309	113
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	5.023	411	(84)	5.351	327
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	13.344	1.779	(369)	14.754	1.411
Subes. Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	12.955	27	(4)	12.979	31
Demais Máquinas e Equipamentos	1.001	668	(403)	1.266	1.071

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3	-	-	-	-	3
Máquinas e Equipamentos	2.954	309	418	5	133	3.820
Veículos	47	682	-	-	-	729
Móveis e Utensílios	3	29	-	-	-	33
Material em Depósito	2.881	-	-	-	-	2.881
Compras em Andamento	2.136	-	-	-	-	2.136
Adiantamentos a Fornecedores	300	-	-	-	-	300
Total das Adições	8.325	1.020	418	5	133	9.902

5.6 Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Banco de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
T transformador de Distribuição	4,00
T transformador de Medida	4,35
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 e alterações, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à

concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.7 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Rótulos de Linha	Em Reais
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 552KVA 400A MONOFÁSICO	458.091,65
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 M / 600 daN	345.540,37
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11 M / 300 daN	173.022,06
CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 2 AWG	164.941,39
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 12 M / 600 daN	153.882,52
RELIGADOR 15KV 800A TRIFÁSICO AUTOMATICO 16KA CONTROLE RC10	129.760,89
CONDUTOR DE ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X50mm ² +50mm ²	119.218,74
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO	116.869,11
STRADA FREEDOM CD 1.3 05 PASSAGEIROS	105.580,79

5.8 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Rótulos de Linha	Em Reais
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 552KVA 400A MONOFÁSICO	399.449,79
RELIGADOR 15kv, 630A, TRIFÁSICO, ELETRÔNICO, 16 kA	78.488,34
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO	42.589,71
CONDUTOR DE ALUMÍNIO-LIGA PROTEGIDO - XLPE 185 mm ²	41.987,99
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO	32.178,46
PALIO ATTRACTIVE 1.4 05 PASSAGEIROS FAB 2013	30.764,47
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 10 M / 300 daN	26.924,60
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 17 M / 1500 daN	24.094,75
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 150 KVA TRIFÁSICO	24.032,93
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 9 M / 150 daN	23.149,08

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001 e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Não há previsão legal de CVA para as Permissionárias. O cálculo de um componente financeiro semelhante à CVA está estabelecido no Submódulo 8.6 do Proret.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste/revisão tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

II) Sobrecontratação

De acordo com o item 12 do Submódulo 8.6 do Proret o resultado de Sobrecontratação no Mercado de Curto Prazo terá repasse tarifário integral do resultado das empresas limitado à 105% da sobrecontratação em relação ao mercado regulatório. Os efeitos de sobrecontratações acima do 105% poderão ser analisados de ofício pela ANEEL ou pleiteados pelas permissionárias desde que demonstrado relevante impacto financeiro.

III) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a CEGERO, por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.110, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 30/09/2022, reajuste médio de 15,74%, sendo 15,57% relativo ao índice de reajuste tarifário econômico, 0,73% relativo aos componentes financeiros pertinentes e -0,56% pela retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior. Dentre os financeiros, merece destaque o montante do financeiro relativo à reversão do diferimento de parcela B requerido no ano anterior com impacto de 3,19%, que devidamente atualizado pelo IPCA passou de R\$ 2.000.000,00 para R\$ 2.174.545,83.

IV) Devolução Tarifária

A Bandeira Tarifária é mecanismo tarifário de cobertura de custos elencados pelo Decreto nº 8.401/2015, e suas revisões subsequentes, que afetem os agentes de distribuição, considerada operacionalmente como adiantamento da CVA do processo tarifário seguinte.

A apuração dos deltas positivos e negativos, seja em relação ao diferencial entre a aplicação da tarifa homologada (tarifa verde) ou desta tarifa homologada acrescida da receita pelo acionamento das bandeiras amarela ou vermelha, deverá ser contabilizada nas contas usualmente utilizadas: 1X11.1.01 – Custos de Aquisição de Energia (CVAenerg) quando o delta for positivo e 2X11.2.06 – Devoluções Tarifárias quando o delta for negativo.

V) Outros

As contratações no ambiente livre geram custos que não são possíveis de serem previstos no momento do processo tarifário, a exemplo do risco hidrológico. Como esses custos podem levar ao desequilíbrio econômico-financeiro para as Permissionárias, faz-se necessário calcular um componente financeiro para evitar o desequilíbrio em questão.

Esse financeiro está regulamentado no Submódulo 8.6 do Proret (Componentes Financeiros).

Este item também traz o valor referente ao PIS/COFINS no contrato de uso da CELESC.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/21	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/22	Valores em Constituição	Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.783	5.456	(8.894)	345	345	345
Neutralidade da Parcela A	337	118	(152)	303	303	303
Sobrecontratação de Energia	0	17	(17)	0	0	0
Bandeiras Tarifárias	0	295	(253)	42	42	42
Diferimento de Reposição na RTP	694	754	(1.448)	0	0	0
Outros	2.752	4.271	(7.023)	0	0	0
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.783	5.456	(8.894)	345	345	345

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/21	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/22	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	5.069	18.915	(19.677)	4.307	3.062	1.244	4.307
Neutralidade da Parcela A	1.043	(861)	(120)	61	61	-	61
Sobrecontratação de Energia	-	46	(25)	21	13	9	21
Devoluções Tarifárias	2.345	-	(2.345)	(0)	-	(0)	(0)
Diferimento de Reposição na RTP	-	2.257	(2.224)	33	33	(0)	33
Outros	1.681	17.473	(14.963)	4.191	2.955	1.236	4.191
Total Passivos Financeiros Setoriais	5.069	18.915	(19.677)	4.307	3.062	1.244	4.307

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CEGERO não operou nenhum empréstimo ou financiamento nos exercícios de 2021 e 2022, em empresas ou entidades financeiras.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CEGERO não apurou diferenças temporárias de imposto de renda e a contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Cooperativa não possui litígios conceitualmente classificados como de materialidade negativa provável que possam resultar em obrigações.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição.

10.1. A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		795	0	0	795
Participação Financeira do Consumidor	5,5%	332	0	0	332
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,2%	463	0	0	463
(-) Amortização Acumulada - AIS		(37)	0	0	(37)
Participação Financeira do Consumidor	0	(18)	0	0	(18)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0	(19)	0	0	(19)
Em curso		96	0	0	96
Participação Financeira do Consumidor	0	96	0	0	96
Total		854	0	0	854

10.2. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	600	196	795	(37)	758	579
Participação Financeira do Consumidor	207	126	332	(18)	314	198
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	393	70	463	(19)	444	381
Total	600	196	795	(37)	758	579

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.491 (Cinco mil quatrocentos e noventa e um) associados em 31 de dezembro de 2022.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva para Expansão e Melhorias: é constituído estatutariamente por 70% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Resultado Líquido	4.365	2.967
Tributos e Contribuições S/Resultado	(646)	(256)
(-) Provisão Contribuição Social	(179)	(75)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(467)	(181)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Resultados Abrangentes	543	921
(+) Reversão FATES	543	921
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Base para Destinações (9+10+11)	4.262	3.632
Destinações Estatutárias	(3.623)	(3.087)
(-) Reserva Legal 10%	(426)	(363)
(-) Fates 5%	(213)	(182)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(2.924)	(2.542)
Sobras Líquidas do Período (12+13)	639	545

11.4. Ajustes de exercícios anteriores

A Cooperativa não identificou a necessidade de ajustes de exercícios anteriores de qualquer natureza.

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento – Faturado	6.856	6.655	182.712	180.477	96.014	100.637
Residencial	5.209	5.006	17.443	16.742	9.508	9.209
Industrial	172	173	143.897	142.964	75.072	80.286
Comercial	603	575	7.914	7.421	4.676	4.472
Rural	773	806	11.061	11.123	5.655	5.605
Poder público	51	48	657	618	401	370
Iluminação pública	7	7	1.263	1.186	435	450
Serviço público	41	40	478	424	267	245
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	6	5
Encargos de conexão de agentes de geração					6	5
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica – Não faturado	-	-	-	-	33	(291)
Regulatórias	-	-	-	-	(2.378)	4.079
Const. E Amortiz. – RTP Diferimento ou Devolução					-3.259	-1.679
Const. E Amortiz. – Demais Ativos e Passivos Fin. Setoriais					-3.415	3.672
Serviços Cobráveis					50	37
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					4.246	2.049
Total	6.856	6.655	182.712	180.477	93.676	104.431

13. PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2022	2021
Pessoal	5.143	4.562
Remuneração	3.376	2.929
Encargos	1.033	932
Despesas rescisórias	195	218
Outros benefícios - Corrente	506	461
Outros	32	22
Administradores	430	395
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	430	395
Total	5.572	4.957

14. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal. As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e

contribuição social, foram consideradas coincidentes.

15. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, cujo desempenho encontra-se retratado na Demonstração do Resultado do Exercício.

16. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

A Cegero, sediada na cidade de São Ludgero - SC, atende cerca de 7 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia representa uma receita de R\$ 68 milhões. Este ano, o contrato estabelece que seja realizada a Revisão Tarifária Periódica - RTP.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico.

TABELA I.4.1 – CÁLCULO TARIFÁRIO

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	10.831.378,11	14.452.115,21	33,43%	5,40%	21,63%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	60.095,91	52.508,63	-12,63%	-0,01%	0,08%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.431.004,10	9.737.920,49	3,25%	0,46%	14,58%
CDE Conta-COVID	-	1.856.987,55	100,00%	2,77%	2,78%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	-	1.124.402,79	100,00%	1,68%	1,68%
PROINFA	1.340.278,10	1.680.295,74	25,37%	0,51%	2,52%
ENERGIA COMPRADA	35.358.864,16	31.296.446,92	-11,49%	-6,06%	46,84%
Energia	35.358.864,16	31.296.446,92	-11,49%	-6,06%	46,84%
TRANSPORTE DE ENERGIA	8.712.412,28	9.308.865,34	6,85%	0,89%	13,93%
Uso do sistema de distribuição	8.712.412,28	9.308.865,34	6,85%	0,89%	13,93%
Total de Parcela A	54.902.654,56	55.057.427,47	0,28%	0,23%	82,41%
Total de Parcela B	12.104.197,85	11.751.312,51	-2,92%	-0,53%	17,59%
Variação econômica				-0,30%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasse de PIS COFINS		2.120.514,38		3,16%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(1.051.106,85)		-1,57%	
Conta Covid-19		(1.028.855,98)		-1,54%	
Previsão de Risco Hidrológico		2.559.632,43		3,82%	
Diferimento de Parcela B		(2.000.000,00)		-2,98%	
Total Financeiros		600.183,99		0,90%	
Variação econômica e financeira				0,60%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				10,81%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				11,41%	

Os custos da Parcela A representam 83,53% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam 14,48% da variação econômico-financeira da Cegero, com destaque para:

a) Encargos Setoriais. O valor total dos encargos setoriais corresponde ao efeito de 9,27% no presente processo tarifário. Destaca-se o aumento da CDE Uso, com impacto de 6,38%, decorrente do cálculo das cotas anuais de CDE para o ano de 2022. Destaca-se, também, o aumento do ESS/EER, com efeito de 5,21%, em razão do despacho de usinas térmicas no ano de 2021. Por outro lado, o valor da capitalização da Eletrobrás contribui para a redução da tarifa em -3,57%.

b) Custos de Transmissão. O valor dos custos com o uso do sistema de distribuição equivale a um impacto tarifário de 1,70%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário da supridora CELESC.

c) Compra de Energia. O valor dos custos de compra de energia contribuiu com acréscimo de 3,51% na tarifa vigente, esse impacto é reflexo do reajuste do preço de energia do contrato bilateral com Cemig - GT.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 16,47% da Receita, resultando num efeito de 1,09% na variação econômico-financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de 15,57%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de 0,73%, que somado a retirada dos financeiros do processo anterior conjugado com a redução dos descontos para os consumidores rurais (-0,56%), resultou no efeito médio final para o consumidor em 15,74%.

Dentre os financeiros, merece destaque a conta escassez hídrica, o empréstimo setorial proporcionou uma redução, nesse processo tarifário, de 4,53%.

De forma positiva, a reversão do diferimento de Parcela B do ano anterior proporcionou um aumento de 3,19% na tarifa.

SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Quanto à subvenção da CDE para descontos tarifário, valor mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cegero, em relação às competências entre setembro de 2022 a agosto de 2023, é de R\$ 41.251,24. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os valores previstos e os realizados entre setembro de 2021 a agosto de 2022. A Tabela a seguir mostra o cálculo.

TABELA I.4.2 – SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS MENSAIS

Tipo de Subsidio	Diferença cobertura e apurado	Previsão 2022/2023	Previsão 2022/2023 + Diferença
Subsidio Geração Fonte Incentivada	0,47	724,90	725,37
Subsidio Água, Esgoto e Saneamentr	18,78	582,16	600,94
Subsidio Rural	(2.147,20)	20.201,78	18.054,58
Subsidio - Irrigante/Aquicultor	2.792,72	19.077,63	21.870,35
TOTAL	664,77	40.586,47	41.251,24

O Gráfico I.4.1 apresenta a participação de cada segmento de custo na composição da receita da Distribuidora com tributos.

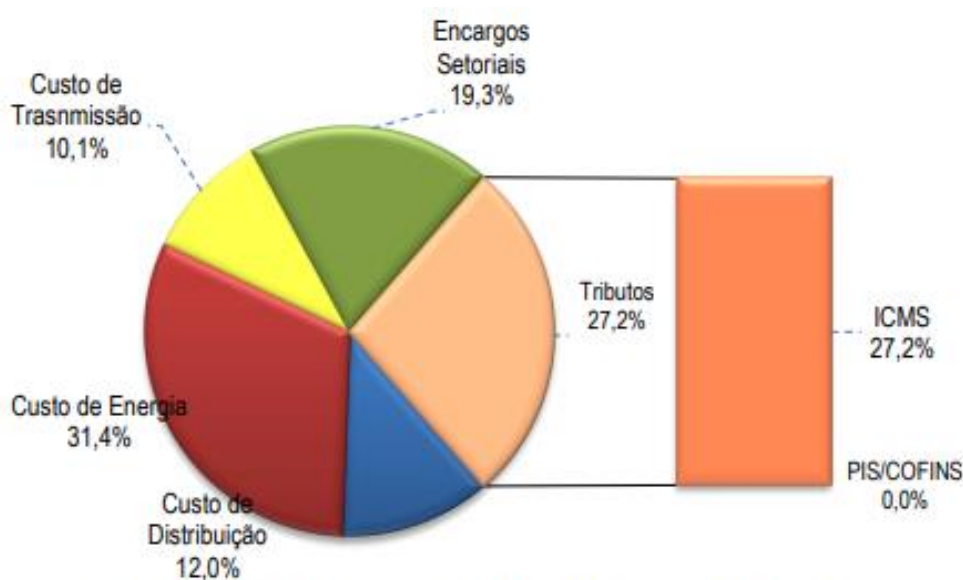


Gráfico I.4.1 – Composição da Receita com Tributos

Pleitos Específicos

Em seu pleito, a Cegero solicitou que fosse considerado um financeiro no valor de R\$ 935.093,17 referente aos custos de perdas de rede básica. Esses custos não foram considerados na cobertura tarifária do processo de 2021.

Ocorre que no primeiro ano do processo tarifário da permissionária, não há apuração dessas perdas, portanto não há como considerar no processo. Ademais, a permissionária não tem direito a neutralidade dos custos de parcela A, como ocorre com as Concessionárias - Contrato Novo. A neutralidade dos custos de parcela A apuraria diferença de custos em questão, da mesma forma como também devolveria ao consumidor diferenças de custos relativas ao aumento de mercado e outros custos que não são apurados devido à ausência do financeiro. Considerar excepcionalmente esse financeiro, significaria ignorar todas as outras diferenças provocadas por essa ausência.

Outro pleito feito pela Cegero, diz respeito ao financeiro da Conta de Variação de Energia e encargos. A Cegero solicitou que fosse considerado o mês de setembro/21 na apuração da CVE. Sobre essa questão, informa-se que há não necessidade de considerar o mês em questão. Como a Cegero se torna agente da CCEE apenas em novembro/21, a diferença a ser apurada é basicamente o custo de Pis Cofins que já está considerado na planilha persas.

Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL - REG. x SOC.	2022			2021		
	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
ATIVO						
Circulante	29.907		29.907	31.269		31.269
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.047		19.047	15.277		15.277
Caixa	2		2	3		3
Numerários em Trânsito	2		2	0		0
Bancos Conta Movimento	405		405	4.341		4.341
Aplicações no Mercado Aberto	18.638		18.638	10.933		10.933
Direitos Realizáveis	10.860		10.860	15.992		15.992
Consumidores	9.904		9.904	11.312		11.312
Encargos de Uso da Rede	1		1	0		0
Serviços em Curso	38		39	26		26
Tributos Compensáveis	0		0	35		35
Depósitos Judiciais e Cauções	0		0	0		0
Almoxarifado Operacional	88		88	53		53
Ativos Financeiros Setoriais	345		345	3.783		3.783
Despesas pagas Antecipadamente	67		67	57		57
Outros Ativos Circulantes	416		416	725		725
Não Circulante	34.570		34.570	32.304		32.304
Realizável a Longo Prazo	1.841		0	1.746		36
Tributos Compensáveis	0		0	36		36
Outros Ativos não Circulantes	1.841	(1.841)	0	1.710	(1.710)	0
Investimento	91		91	53		53
Bens e Ativ. não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica	91		91	53		53
Bens de Uso	2.264		34.470	1.605		32.202
Imobilizado	2.264	32.206	34.470	1.605	30.598	32.202
Intangível	30.374		9	28.901		14
Intangível	30.374	(30.365)	9	28.901	(28.887)	14
Total do Ativo	64.477	0	64.477	63.573		63.573

BALANÇO PATRIMONIAL - REG. x SOC.	2022			2021		
	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
PASSIVO						
Circulante	14.319		14.319	17.368		17.368
Fornecedores	5.159		5.159	5.258		5.258
Obrigações Sociais e Trabalhistas	899		899	754		754
Tributos	1.419		1.419	2.573		2.573
Provisão para Litígios	0		0	0		0
Encargos Setoriais	1.738		1.738	3.011		3.011
Passivos Financeiros Setoriais	4.307		4.307	5.069		5.069
Outros Passivos Circulantes	796		796	704		704
Não Circulante	854		854	629		629
Participação Financeira do Consumidor	854		854	629		629
Patrimônio Líquido	49.304		49.304	45.576		45.576
Capital Social	244		244	234		234
Reservas de Capital	48.421		48.421	44.797		44.797
Fundo de Reserva para Expansão e Melhorias	42.264		42.264	38.736		38.736
Fundo de Reserva	5.769		5.769	5.343		5.343
FATES	388		388	718		718
Sobras à Disposição da Assembleia	639		639	545		545
Total do Passivo	64.477		64.477	63.573		63.573

DRE - REG. x SOC.	2022			2021		
	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO						
01. Receita Operacional Bruta	97.037		94.543	107.420		105.028
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	52.539		52.539	60.931		60.931
(+) Disponibilização dos Sistemas de Transmissão e Dist.	43.515		43.515	39.420		39.420
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(6.674)		(6.674)	1.993		1.993
(+) Serviços Cobráveis	50		50	37		37
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	4.246		4.246	2.049		2.049
(+) Outros Ingressos e Rendas	3.361	(2.494)	868	2.989	(2.392)	597
02. Dedução da Receita Bruta	(35.870)		(35.870)	(45.151)		(45.151)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(18.019)		(18.019)	(24.415)		(24.415)
(-) Encargos do Consumidor	(17.851)		(17.851)	(20.736)		(20.736)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	61.167		58.673	62.269		59.877
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(45.224)		(45.224)	(47.546)		(47.546)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(35.011)		(35.011)	(47.546)		(47.546)
(-) Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(10.212)		(10.212)	0		0
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	15.943		13.449	14.722		12.330
06. Despesas Operacionais	(13.830)		(11.336)	(13.090)		(10.698)
(+) Recuperação de Despesas	110		110	87		87
(-) Pessoal e Administrativo	(5.572)		(5.572)	(4.957)		(4.957)
(-) Material	(616)		(616)	(613)		(613)
(-) Serviços de Terceiros	(1.794)		(1.794)	(1.566)		(1.566)
(-) Depreciações	(1.574)		(1.574)	(1.355)		(1.355)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(486)		(486)	(434)		(434)
(-) Seguros	(76)		(76)	(24)		(24)
(-) Despesas Tributárias	(58)		(58)	(15)		(15)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(455)		(455)	(845)		(845)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	62		62	(2)		(2)
(-) Outras Despesas Operacionais	(3.370)	2.494	(877)	(3.366)	2.392	(974)
07. Resultado Operacional (5+6)	2.114		2.114	1.633		1.633
08. Resultado Financeiro	2.252		2.252	1.334		1.334
(+) Receita de Aplicação Financeira	1.861		1.861	588		588
(+) Outras Receitas Financeiras	867		867	907		907
(-) Outras Despesas Financeiras	(476)		(476)	(161)		(161)
09. Resultado Líquido (7+8)	4.366		4.366	2.967		2.967
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(647)		(647)	(256)		(256)
(-) Provisão Contribuição Social	(179)		(179)	(75)		(75)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(467)		(467)	(182)		(182)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
11. Resultados Abrangentes	543		543	921		921
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0		0	0		0
(+) Reversão Doações e Subvenções	0		0	0		0
(+) Reversão FATES	543		543	921		921
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS						
12. Base para Destinações (9+10+11)	4.262		4.262	3.631		3.631
13. Destinações Estatutárias	(3.623)		(3.623)	(3.087)		(3.087)
(-) Reserva Legal 10%	(426)		(426)	(363)		(363)
(-) FATES 5%	(213)		(213)	(182)		(182)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(2.983)		(2.983)	(2.542)		(2.542)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	639		639	545		545

17.1 EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)

17.1.1 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

17.1.2 ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

17.1.3 ATIVO INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam

respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

17.1.4 RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

17.2 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ICPC 01). Esta atualização produz efeitos sobre a provisão para o imposto de renda e contribuição social. Em 2021 não houve ainda a implantação do VNR (Valor Novo de Reposição).

Relatório dos Auditores Independentes

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO
São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, com data de 08 de março de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelos

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 25 de abril de 2023.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/0-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012